



PG005 –Programa Proteção Social

**FUNDAÇÃO
renova**

Definição do Programa

Novembro/2019

Controle de Mudanças

Data	Id	Resumo da mudança
Dezembro de 2016	00	Emissão Inicial do escopo do Programa.
Dezembro de 2017	01	2ª versão de escopo apresentada ao CIF.
Outubro de 2018	02	3ª versão de escopo apresentada ao CIF.
Dezembro de 2018	03	Apresentação do Modelo Conceitual do Programa de Proteção Social.
Mai de 2019	04	4ª versão de escopo apresentada ao CIF.
Novembro de 2019	05	5ª versão de escopo apresentada ao CIF.

SUMÁRIO

CONTROLE DE MUDANÇAS	2
1- SUMÁRIO EXECUTIVO	5
2- APRESENTAÇÃO	8
3- GLOSSÁRIO	9
4- METODOLOGIA UTILIZADA	10
5- DECLARAÇÃO DO PROGRAMA	11
5.1- O Programa de Proteção Social	11
Público-alvo do Programa de Proteção Social	11
5.2 Objetivos, diretrizes, requisitos, premissas e restrições	16
5.3 Ações realizadas e em andamento	19
5.4 Histórico de engajamento dos stakeholders	25
5.5 Soluções Construídas	26
Rotas de Reparação	26
Identificação das vulnerabilidades das Famílias	27
Equipe Territorial Dedicada	29
6- EIXOS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA	31
Eixo I: Fortalecimento da Política Pública de Assistência Social	32
a. Apoio às ações de capacitação e supervisão técnica para operadores em Proteção Social	32
b. Otimização dos equipamentos públicos/ Cras e Creas para ampliação do Paif e do Paefi para atendimento às famílias vulneráveis impactadas	34
Eixo II Integração de ações entre programas da Fundação Renova e Poder Público	40

c. Priorização do público vulnerável impactado, na rota de reparação junto aos Programas da Fundação Renova	40
7 Projetos Estaduais de Enfrentamento à Pobreza	60
8- PLANEJAMENTO CONSOLIDADO DO PROGRAMA	70
8.1 Custo do programa (R\$ milhão)	70
8.2 Cronograma do programa	70
9- PLANO DE RESULTADOS	71
9.1 Indicadores do Programa	71
9.2 Ficha dos Indicadores	72
9.3 Critérios para encerramento do programa	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
ANEXOS	82
Anexo I – Cláusulas 54 a 58 do TTAC	82
Anexo II – Lista dos Programas da Fundação Renova	83

1- Sumário executivo

Este documento apresenta a definição do **Programa de Proteção Social** da Fundação Renova, elaborado conforme **cláusulas 54 a 58** do **Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC)** e diretrizes das deliberações do **Comitê Interfederativo, CIF nº.192 e CIF nº.278**, além das disposições contidas nas Notas Técnicas **nº 024/2018/CTOS-CIF, nº 030/2018/CTOS-CIF; nº 033/2019/CTOS-CIF e nº 038/2019/CTOS-CIF** e, por fim, no **Parecer 01/2019/CTOS**. Também está alinhado e em conformidade com os conceitos e diretrizes definidas pela **Lei Orgânica da Assistência (LOAS)**, pela Resolução CNAS nº33/2012, e pela **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**.

Conforme previsto nas normativas, o Programa, de cunho **reparatório**, tem como objetivo promover a proteção social, por meio de ações socioassistenciais, incluindo ações socioculturais e apoio psicossocial, desenvolvendo o acompanhamento às famílias e aos indivíduos impactados pelo evento, priorizando os impactados com deslocamento físico, conforme cláusula 54 do TTAC.

O Programa de Proteção Social abrange todo o território impactado, com **atenção às diferenças territoriais, à variação dos possíveis danos causados na população e às peculiaridades do processo de reparação de cada um dos segmentos atingidos**. Opera em **consonância com a Política Pública de Assistência Social** visando o diálogo com os entes federados e organizações da sociedade civil, e se configura como um conjunto de ações articuladas entre os demais programas previstos no TTAC e as políticas sociais. Desse modo, a reparação em Proteção Social se baliza a partir dos esforços interinstitucionais.

O Programa tem como princípio norteador o **apoio ao Poder Público, fortalecendo os equipamentos públicos para possibilitar uma atenção às vulnerabilidades provocadas ou agravadas pelo rompimento da barragem de Fundão**. A Fundação Renova organizou a operacionalização do Programa de Proteção Social em **dois Eixos de Atuação**, que contemplam ações de curto, médio e longo prazo. Para a construção dessa estratégia, foram revisitados documentos legais e espaços de debates sobre o Programa, quais sejam:

- a. as determinações do próprio TTAC;



- b.** o resultado das escutas aos municípios (por meio da realização de oficinas¹);
- c.** o produto das reuniões e discussões das Câmaras Técnicas;
- d.** os Planos Estaduais de Reparação em Proteção Social e os Planos Municipais de Reparação em Proteção Social.

Quadro 1 Eixos e Atividades

EIXOS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES
Fortalecimento da Política Pública de Assistência Social	- Apoio às ações de capacitação e supervisão técnica.
	- Otimização dos equipamentos públicos (Cras e Creas) para ampliação do Paif e do Paefi para atendimento às famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados.
Integração de ações entre programas da Fundação Renova e Poder Público	- Priorização no atendimento da Fundação Renova ao público vulnerável impactado, na rota de reparação junto aos Programas

A seguir, apresenta-se o cronograma e o custo de cada um dos Projetos acima mencionados.

Quadro 2 Cronograma e custo estimado do Programa de Proteção Social

Eixo	Orçamento (R\$)	2016	2017	2018....	2024
Fortalecimento da política pública de Assistência Social	78.133.820				
Integração de ações entre programas da Fundação Renova					

¹ Nos meses de março e abril de 2017 foram realizadas oficinas de proteção social com os municípios impactados ao longo de todo o território. Na oportunidade, estiveram presentes representantes das gestões públicas municipais e, por vezes, representantes da sociedade civil organizada. Os municípios que não estiveram presentes na primeira rodada de escuta tiveram oportunidade de serem ouvidos mais recentemente, nos meses de outubro e novembro de 2017.

Para avaliação dos resultados do Programa e assegurar que os objetivos foram alcançados, foram definidos os indicadores listados no quadro abaixo.

Quadro 3 : Indicadores de monitoramento do programa de Proteção Social

EIXOS DE ATUAÇÃO	INDICADORES
Fortalecimento da Política Pública de Assistência Social	- % de Municípios elegíveis com o plano de reparação pactuado implantado
	- % de Municípios elegíveis que receberam insumos para otimizar o sistema de Proteção Social (Cras e Creas)
	- % de Municípios com ao menos um técnico de cada equipamento público (CRAS e/ou CREAS) das localidades atingidas capacitados
Integração de ações entre programas da Fundação Renova e Poder Público	- % de Indivíduos vulneráveis identificados e encaminhados para priorização junto aos demais programas da Fundação Renova
	- % de Indivíduos vulneráveis com a rota de reparação concluída pelos programas da Fundação Renova
	- % de Famílias com deslocamento físico com residências concluídas de acordo com o prazo acordado (Mariana, Barra Longa, Sooretama e Linhares)
	- % de Territórios com equipes dedicadas implantadas.

De acordo com o TTAC, O Programa de Proteção Social terá duração de 36 (trinta e seis) meses, a contar do seu início. Esse prazo poderá ser prorrogado, caso esta necessidade seja fundamentadamente justificada 12 (doze) meses antes de encerrado o prazo original. Para além disso, de acordo com o eixo 2 do Programa de Proteção Social, é critério para encerramento do programa, a demonstração da oferta de ações na rota de reparação para o público vulnerável, sobretudo nas atividades produtivas, que será medida por meio do quantitativo de identificação, encaminhamento e acesso à rota de reparação e outras evidências de divulgação.

2- Apresentação

Este documento tem como objetivo apresentar **o escopo do Programa de Proteção Social (PG005) da Fundação Renova**. O novo desenho do Programa é resultado do processo de discussões dentro da CTOS e das deliberações já mencionadas neste documento. Estas novas reflexões são resultado de uma maturação de todo o processo vivenciado nos espaços de governança e também das implementações de algumas ações do Programa

As novas reflexões se deram principalmente em torno de **conceitos importantes** para a atuação do PG005, especialmente o **de vulnerabilidade social**, identificando como principais vulnerabilidades relacionadas com o rompimento da barragem, a perda de moradia e o agravamento da capacidade produtiva das famílias atingidas, conforme políticas estabelecidas pela Fundação Renova, como forma de delimitar e tornar claros os parâmetros e critérios adotados, além de levá-los ao conhecimento das demais áreas da Fundação Renova.

Nesse contexto, o Programa de Proteção Social deve primar sua atuação de forma que os efeitos e ações dos demais Programas da Fundação Renova e do Poder Público se tornem tangíveis, prioritariamente, para as famílias impactadas cuja vulnerabilidade social foi acarretada ou agravada em decorrência do rompimento.

Visando complementar e priorizar o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, estruturam-se dois eixos de atuação do Programa de Proteção Social: o Fortalecimento da Política Pública de Assistência Social e a Integração de Ações entre programas da Fundação Renova e o Poder Público.

Dividido em **cinco seções**, este Escopo está organizado a partir da **(i)** contextualização do **Programa de Proteção Social**, com apresentação do público-alvo, trajetória e desafios do programa; **(ii) Estratégias de Atuação** com definição dos objetivos, premissas, rotas de reparação, identificação das necessidades das famílias vulneráveis e definição da Equipe Territorial Dedicada; **(iii) Eixos de atuação**; **(iv)** Interface com os **Projetos de Enfrentamento à Pobreza** e, por fim; **(v)** o processo de **Monitoramento e Avaliação** do Programa de Proteção Social com seus respectivos indicadores.

3- Glossário

- CTOS – Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial.
- CIF - Comitê Interfederativo
- EVENTO – Rompimento da barragem de Fundão, pertencente ao complexo minerário de Germano da Samarco, em Mariana-MG, ocorrido em 05 de novembro de 2015.
- SUAS – Sistema Único de Assistência Social.
- CRAS- Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
- PAIF – Programa de *Proteção e Atendimento Integral à Família*
- PAEFI – Programa de Proteção Atendimento Especializado à Família e indivíduo
- TTAC- Termo de Transação e Ajuste de Conduta

4- Metodologia utilizada

O Programa de Proteção Social da Fundação Renova tem sido desenvolvido à maneira dos demais programas oriundos do TTAC, a partir da abordagem metodológica empregada pela instituição (Figura 1).

Esta abordagem é caracterizada por três fases: 1) a **definição**, fundamental para garantir que todos os aspectos relevantes e necessários para o escopo da intervenção estejam esclarecidos entre a Fundação Renova e as instâncias de governança do processo de reparação (CIF e Câmaras Técnicas), além da escuta direta aos representantes municipais em oficinas regionalizadas in loco; 2) a **execução**, etapa na qual as intervenções são planejadas, realizadas e avaliadas; e 3) o **encerramento**, que marca a conclusão das atividades dos programas, a partir da formalização e do registro das atividades realizadas.

A formalização e registro destas definições servirão como base para que os programas sejam considerados encerrados após o término de sua execução.



Figure 1 Ciclo de Vida dos Programas da Fundação Renova

5- Declaração do programa

5.1- O Programa de Proteção Social

O Programa de Proteção Social (PG005) é de cunho **reparatório** e **transversal**, e estrutura sua atuação por meio de ações socioassistenciais, incluindo ações socioculturais e apoio psicossocial, criando as condições para o monitoramento na Rota de Reparação das famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados pelo rompimento da barragem de Fundão.

A abrangência de atuação do Programa contempla **todas as regiões impactadas**, conforme definido pelo TTAC, com atenção às diferenças territoriais, à variação dos danos causados à população e às peculiaridades no processo de reparação de cada um dos segmentos atingidos. Opera em **consonância com as Políticas Públicas**, especialmente com a Assistência Social, visando ao diálogo com os entes federados, com as **organizações da sociedade civil**, e em articulação com os **demais Programas da Fundação Renova. As ações de reparação do Programa se destinam, portanto, às famílias e/ou indivíduos vulneráveis, a partir de ações interinstitucionais** de apoio aos entes estaduais e municipais na oferta e organização dos serviços socioassistenciais de caráter local.

O Programa está alinhado aos conceitos, diretrizes e bases mínimas das deliberações do CIF, em especial a 192, e da Política Pública Nacional de Assistência Social. Apesar disso, se diferencia das atribuições do Poder Público, na medida em que a responsabilidade do Programa de Proteção Social é pela reparação dos danos causados às famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados com o rompimento da barragem de Fundão, ou seja, a identificação dos agravamentos e/ou instalação de situações de vulnerabilidade em função do evento. Nesse sentido, o atendimento do Programa é diferente do atendimento do Poder Público pelas atribuições legais específicas e exclusivas dos governos na área de assistência social.

Público-alvo do Programa de Proteção Social

A Fundação Renova considera, no processo de reparação, a **correlação entre indivíduo, família, território e o rompimento da barragem de Fundão**, de forma a privilegiar a atenção às ações integradas entre os programas da Fundação Renova e o Poder Público. Desse entendimento, percebe-se a variedade de graus de impactos e impactados, sendo necessário que **o Programa de Proteção Social priorize suas ações em relação àquelas famílias e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social**.

Essa situação pode ser identificada a partir das convenções estabelecidas em legislações como: **(i)** o Decreto 6.135/2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, **(ii)** o art. 2º da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8.742/1993 atualizada pela Lei 12.435/2011) que versa sobre a composição familiar dentro da proteção social, especificando públicos vulneráveis como pessoas idosas, pessoas com deficiência, crianças ou adolescentes; e **(iii)** o Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF), proposto pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) como indicador escalar que sintetiza dimensões relevantes da pobreza .

A partir de uma atividade conjunta entre o Grupo de Trabalho de Direitos Humanos e as Equipes dos Programas do Cadastro Integrado, Proteção Social e Área de Desenho de Políticas da Fundação Renova, construiu-se um conceito para a identificação de famílias vulneráveis que leva em conta as legislações acima citadas, mas também incorpora dimensões importantes no contexto do processo reparatório decorrente do rompimento da barragem. Assim:

São consideradas famílias vulneráveis, e que, portanto, devem ser alvo de atenção do Programa de Proteção Social, **todas aquelas incluídas no Cadastro Integrado da Fundação Renova que declarem ter renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo² e possuam em sua composição pessoas idosas, pessoas com deficiência, crianças ou adolescentes³**. Também são consideradas em situação de vulnerabilidade as famílias que estejam passando **por situações que afetam sua resiliência e capacidade de agir**; ou aquelas **que sofreram deslocamento físico** em razão do rompimento.

As dimensões que permitem identificar famílias que vivenciam situações graves que afetam sua resiliência e capacidade de agir são doença grave terminal e violência doméstica e/ou comunitária. Essas situações podem ser identificadas a partir de manifestações através de canais de relacionamento, por encaminhamento do Ministério Público ou por identificação de outros programas da Fundação Renova, como o Diálogo Social. Desta forma, entre as famílias existentes na base de dados do Cadastro Integrado da Fundação Renova, foram identificados 13.037⁴ famílias vulneráveis de acordo com os critérios do referido programa, sendo que os municípios de Linhares e Baixo Guandu, ambos no Espírito Santo,

² Conforme Decreto 6.135/2007.

³ Conforme art. 2º da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8.742/1993 atualizada pela Lei 12.435/2011).

⁴ De acordo com dados extraídos do Cadastro Integrado, em julho de 2019. Importante dizer que o Cadastro vem realizando uma atualização de dados a partir do agrupamento das pessoas do período emergencial que não constavam na composição familiar existente nos cadastros integrados das famílias. Deste modo, isso pode alterar (aumentar) a renda total e per capita das famílias.

apresentam o maior número absoluto de famílias nessa situação, representando 15% e 11% do total, respectivamente.

A tabela abaixo contém o número de famílias existente na base do Cadastro Integrado da Fundação Renova por município e, entre essas, o número de **famílias vulneráveis, de acordo com o referido programa.**

Tabela 1 Número de Famílias do Cadastro Integrado

MUNICÍPIO	UF	Nº FAMÍLIAS CADASTRADAS	Nº FAMÍLIAS VULNERÁVEIS	Nº DE COMUNIDADES IMPACTADAS	Nº DE FAMÍLIAS INDÍGENAS OU DE POVOS TRADICIONAIS
Aimorés	MG	2830	1313	12	0
Alpercata	MG	29	12	01	0
Aracruz	ES	2827	1252	06	1107
Baixo Guandu	ES	2929	1418	14	0
Barra Longa	MG	529	155	03	0
Belo Oriente	MG	1236	642	05	0
Bom Jesus do Galho	MG	768	393	01	0
Bugre	MG	70	31	01	0
Caratinga	MG	139	60	01	0
Colatina	ES	1065	422	07	0
Conceição da Barra	ES	372	156	05	0
Conselheiro Pena	MG	435	193	07	0
Córrego Novo	MG	03	01	01	0
Dionísio	MG	33	20	01	0
Fernandes Tourinho	MG	81	38	01	0
Fundão	ES	22	09	01	0
Galileia	MG	255	115	01	0
Governador Valadares	MG	1163	520	12	0
Iapu	MG	3	03	01	0
Ipaba	MG	292	159	02	0
Ipatinga	MG	222	77	03	0
Itueta	MG	464	197	03	0
Linhares	ES	4008	1939	10	181

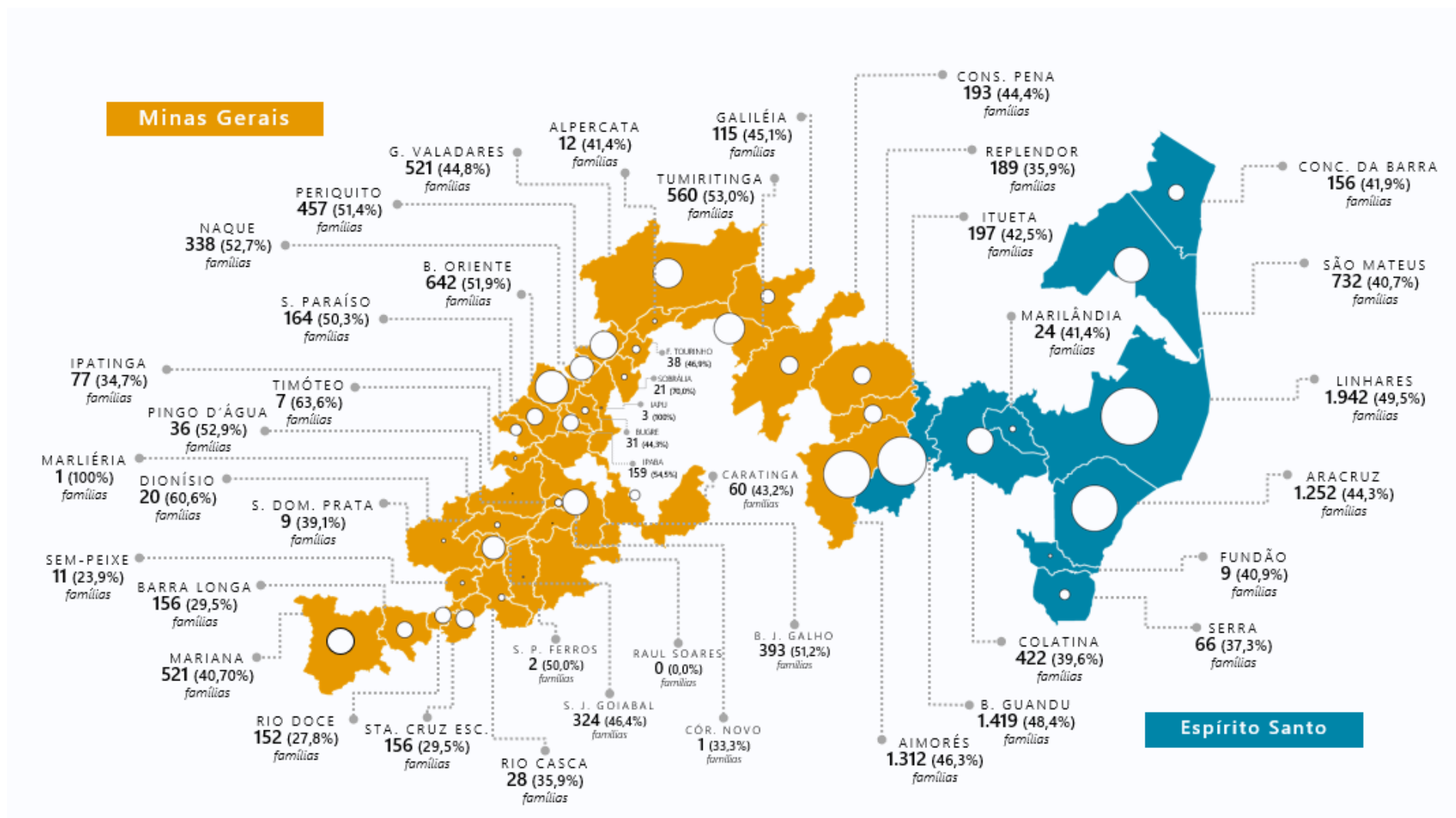
MUNICÍPIO	UF	Nº FAMÍLIAS CADASTRADAS	Nº FAMÍLIAS VULNERÁVEIS	Nº DE COMUNIDADES IMPACTADAS	Nº DE FAMÍLIAS INDÍGENAS OU DE POVOS TRADICIONAIS
Mariana ⁵	MG	1279	521 ⁶	01	0
Marilândia	ES	58	24	01	0
Marliéria	MG	1	1	01	0
Naque	MG	641	337	02	0
Periquito	MG	889	457	04	0
Pingo-d'água	MG	68	36	01	0
Raul Soares	MG	0	0	0	0
Resplendor	MG	526	189	04	130
Rio Casca	MG	78	28	01	0
Rio Doce	MG	546	152	02	106
Santa Cruz do Escalvado	MG	598	196	03	107
Santana do Paraíso	MG	326	164	02	0
São Domingos do Prata	MG	23	9	01	0
São José do Goiabal	MG	699	324	09	0
São Mateus	ES	1798	731	09	0
São Pedro dos Ferros	MG	4	2	01	0
Sem Peixe	MG	46	11	01	0
Serra	ES	177	66	01	0
Sobralia	MG	30	21	01	0
Sooretama	ES	127	76	01	0
Timóteo	MG	11	7	01	0
Tumiritinga	MG	1057	560	07	0
TOTAL		28757	13037	153	1631

Fonte: Cadastro Integrado FR (Julho/2019)

No mapa abaixo, apresenta-se a distribuição territorial das famílias em situação de vulnerabilidade social, fazendo o recorte do número de famílias vulneráveis e o percentual dessas famílias frente ao total de famílias cadastradas:

⁵ Ressaltamos que o cadastro de famílias no município de Mariana ainda não finalizado por isso os números de famílias cadastradas e vulneráveis pode sofrer alterações.

Figure 2 Distribuição das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social por município



Fonte: Dados extraídos do Cadastro Integrado, em julho de 2019.

5.2 Objetivos, diretrizes, requisitos, premissas e restrições

Objetivo:

Desenvolver e executar ações para promover a proteção social, por meio de ações socioassistenciais, incluindo ações socioculturais e apoio psicossocial, desenvolvendo o acompanhamento às famílias e aos indivíduos impactados pelo EVENTO, priorizando os IMPACTADOS com deslocamento físico, CLÁUSULA 54 do TTAC.

Tais ações deverão promover a reparação das famílias e/ou indivíduo vulneráveis impactadas, de forma **integrada** com as ações dos demais Programas da Renova. O PG005 atingirá este objetivo **ao identificar e promover a priorização dos vulneráveis** no processo de reparação **das condições de produtividade e geração de renda**, da **oferta suplementar** de ações socioculturais e apoio psicossocial, bem como do **fortalecimento das Políticas Públicas de Assistência Social**, com foco no **atendimento** psicossocial, conforme previsto nas cláusulas 54 a 58 do TTAC.

Diretrizes:

O Programa tem como diretriz principal a ideia de **reparação integrada**, que, a rigor, indica que as ações de reparação da Fundação Renova devem ser compartilhadas e definidas conjuntamente entre os diferentes programas, referentes a temas diferentes do desagravo dos impactos.

Outra diretriz fundamental do Programa é a **articulação com as políticas públicas** e com as organizações que compõem as Redes de Proteção Social locais, que detêm a primazia da oferta desses serviços (entre os diferentes entes federados, em diferentes níveis de coordenação). Vale ressaltar que cabe à Fundação Renova a **reparação dos impactos oriundos do rompimento da barragem**, conforme definido pelo TTAC. Nesse sentido, as vulnerabilidades já expressas nos territórios antes do evento são de responsabilidade das políticas públicas, onde, identificado e comprovado o agravamento e ou instalação de vulnerabilidade, colocando as famílias em riscos sociais, a Fundação Renova deve atuar buscando a reparação ou mitigação dos impactos, capacitando os operadores de Proteção Social e implementando o trabalho social com famílias pós desastre.

Diante dessa complexidade, as soluções a serem construídas ao nível dos programas não são previamente dadas, e isso é especialmente verdadeiro no caso do Programa de

Proteção Social. Sendo assim, a **convergência setorial** entre o Programa, as demais iniciativas da Fundação Renova e a gestão pública é uma diretriz imprescindível para o sucesso das ações aqui previstas.

Requisitos:

- O Programa de Proteção Social da Fundação Renova fundamenta-se cláusulas 54 a 58 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e diretrizes das deliberações do Comitê Interfederativo, CIF nº.192 e CIF nº.278;
- As ações do programa deverão observar as regras e diretrizes da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS); da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; e da Política Nacional de Assistência Social; e do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n. 2, de 6 de dezembro de 2012)⁷;
- O Programa de Proteção Social prescinde de integração com os demais Programas da Fundação Renova, bem como com a articulação com o poder público, nos três níveis de governo;
- O programa alinha-se com as disposições contidas nas Notas Técnicas nº 024/2018/CTOS-CIF, nº 030/2018/CTOS-CIF; nº 033/2019/CTOS-CIF e nº 038/2019/CTOS-CIF e, por fim, no Parecer 01/2019/CTOS;
- O Programa de Proteção Social será encerrado quando as ações do processo de reparação, previstas nos eixos estruturadores do Programa, forem efetivadas, ou seja, quando o fortalecimento da Política Pública de Assistência Social estiver implementado, e até que sejam concluídas as ações de reparação para as famílias e/ou indivíduos vulneráveis dos demais programas da Fundação Renova, conforme as políticas estabelecidas pela Fundação Renova;
- As ações a serem executadas devem estar alinhadas com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com as demais políticas públicas sociais.
- Para tomada de decisões serão consideradas as famílias registradas no cadastro integrado da Fundação Renova e a comprovação de vulnerabilidades desenvolvidas ou potencializadas em decorrência do rompimento da barragem de Fundão.

⁷ TTAC, cláusula 57.

Premissas:

Tendo em vista que as ações propostas no Programa de Proteção Social são executadas em interface com os municípios e por meio da articulação com os Programas da Fundação Renova, devem ser observadas as seguintes premissas:

- **Correlação com o rompimento da barragem de Fundão**, considerando que o processo de reparação deve ser direcionado para os impactos decorrentes do rompimento.
- **Interface com o Poder Público**, considerando que as ações previstas no PG005 não devem se sobrepôr àquilo que é de competência exclusiva do Poder Público, conforme definido pelo TTAC.
- **Articulação com os demais Programas da Fundação Renova**, considerando que o processo de reparação deve estar conectado com uma atuação sistêmica e integrada, com foco no território e compreendendo as famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados.
- **Transparência**, para permitir que as decisões e ações sejam realizadas com base em evidências e critérios técnicos, garantindo um qualificado compartilhamento de decisões e informações, e um adequado processo de Gestão da Informação.
- **Participação social**, em articulação com o Poder Público local, criando espaços que garantam a participação dos atingidos.
- **Sustentabilidade das ações de reparação**, para permitir a continuidade do atendimento às famílias e/ou indivíduos atingidos em situação de vulnerabilidade em cada município após a finalização do processo reparatório.

Restrições

Vários esforços no desenvolvimento de estratégias para se alcançar respostas mais eficazes para o processo de reparação das famílias têm sido realizados. Dessa forma, foi possível identificar questões inerentes à atual configuração do Programa que apontam desafios e restrições para o pleno cumprimento da sua função de Proteção Social. Verifica-se:

- Complexidade do sistema de Governança, desde sua concepção até a implementação - impactando a atuação do Programa de Proteção Social;
- Expectativas de implementação de ações reparatórias, por parte de alguns atores que compõem o sistema de Governança, que superam as responsabilidades definidas no TTAC e/ou não possuem evidências para sua fundamentação;

- Necessidade permanente de articulação de esforços para a promoção do trabalho em interface com diversas áreas;
- Esforços para garantir o equilíbrio entre celeridade dos processos e efetividade da participação dos atingidos;
- Adequação, por parte dos municípios, da execução das ações propostas pela Fundação Renova às políticas públicas de responsabilidade fiscal.

Como resultado dessas limitações, os efeitos do processo reparatório ainda têm sido insatisfatórios ou aquém do esperado, comprometendo a superação dos danos causados pelo desastre às famílias e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Evidenciou-se, assim, a **necessidade de uma nova reflexão** sobre as vulnerabilidades correlacionadas ao rompimento da barragem de Fundão, e à importância da Proteção Social para as famílias atingidas, considerando não somente suas demandas, mas também o contexto socioeconômico no qual estão inseridas e as interfaces necessárias entre os Programas da Renova.

Em um contexto já marcado por fortes desigualdades socioeconômicas e que fundamentam as vulnerabilidades existentes, o Programa de Proteção Social deve adotar **estratégias que possibilitem ações** que contribuam, de fato, para o **processo de reparação** junto às famílias e indivíduos vulneráveis impactados. Tais ações devem primar para que os **efeitos e ações dos demais Programas da Fundação Renova se tornem tangíveis, prioritariamente para as famílias impactadas em situação de vulnerabilidade social.**

5.3 Ações realizadas e em andamento

Imediatamente após o rompimento da barragem de Fundão, a Samarco e a Fundação Renova desenvolveram uma série de ações emergenciais⁸. No caso da área da Proteção Social, o objetivo imediato era o de suprir as demandas da população impactada, sobretudo das famílias que sofreram deslocamento físico em Mariana e Barra Longa. Essas ações foram desenvolvidas em consonância e diálogo com o Poder Público local de modo a evitar sobreposição e conflito de iniciativas. Essas ações tiveram caráter humanitário e emergencial, destacando-se:

⁸ Em março de 2016, foi celebrado Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) entre a União, os governos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, a Samarco, com o apoio de suas acionistas, Vale e BHP Billiton, e outras instituições. O Acordo visa a promover programas de recuperação, mitigação, remediação e reparação dos impactos socioeconômicos e socioambientais causados pelo rompimento da Barragem, de forma eficiente, idônea, transparente e ética. Para o pleno atendimento de seus termos, no dia 2 de agosto, entrou em operação a Fundação Renova, criada pela Samarco, Vale e BHP Billiton.

- Mapeamento do quantitativo e do perfil das famílias com deslocamento físico, tanto em Mariana como em Barra Longa;
- Acomodação das famílias impactadas no Centro de Convenções de Mariana;
- Acomodação das famílias que sofreram deslocamento físico em hotéis e casas temporárias;
 - o Estabelecimento de planos de atuação conjunta com os municípios de Mariana (MG) e Barra Longa (MG), buscando estruturar melhor o atendimento da população e para viabilização de:
 - o Assistência Médica
 - o Assistência Social
 - o Assistência Psicológica
 - o Auxílio Alimentação
 - o Acomodação
 - o Auxílio Financeiro Emergencial
 - o Reintegração da comunidade escolar
 - o Transporte
- Contratação de profissionais para compor as equipes municipais de saúde e assistência social;
- Disponibilização veículos para atendimento aos impactados;
- Compra de vários insumos tanto para saúde como para Assistência Social de ambos os municípios.

A partir do estabelecimento do escopo do trabalho do Programa de Proteção Social e, especialmente, a partir do Cadastro Integrado, o programa passou a analisar as situações de vulnerabilidades surgidas e/ou agravadas em decorrência do evento e suas conexões com cada território atingido, subsidiando assim a elaboração de **estratégias mais eficazes** de enfrentamento dessas situações.

A primeira estratégia foi a elaboração do **diagnóstico dos territórios impactados buscando identificar as vulnerabilidades da população atingida** que possam ter sido agravadas e/ou instaladas com o rompimento. Foi elaborado, para cada um dos municípios relacionados no TTAC, um documento denominado **Mapa de Vulnerabilidade Social**. Esses mapas foram construídos a partir de um processo de discussão com os gestores e técnicos municipais dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, assim como a partir de

análise da base de dados do Cadastro Integrado⁹ da Fundação Renova e dos dados do Censo SUAS¹⁰.

O contato com os municípios se deu a partir de **oficinas participativas, realizadas com gestores públicos municipais**, entre os meses de março e abril de 2017. O objetivo das oficinas foi o de fornecer informações sobre as comunidades e a população impactada em cada município e coletar a percepção dos técnicos e gestores sobre os impactos causados pelo rompimento da barragem.

As informações sistematizadas nos Mapas subsidiaram a construção de **Matrizes de Ações Integradas**, documentos de reflexões iniciais sobre os possíveis **caminhos para o enfrentamento às situações de vulnerabilidades social** identificadas em cada município. Essas Matrizes, além de buscarem compreender melhor o impacto nesses territórios, objetivaram também identificar as possibilidades de interface entre os Programas da Fundação Renova, assim como a articulação entre o Programa de Proteção Social e a gestão pública municipal.

Os mapas e as matrizes foram apresentados para os municípios e o resultado dessa discussão gerou um terceiro documento, denominado **Planos de Ação de Reparação em Proteção Social**. Os Planos de Ação consolidam as informações dos impactos e das vulnerabilidades com o **conjunto de ações reparatórias dos Programas da Fundação Renova**, em parceria com as gestões municipais e estaduais, estabelecendo diretrizes, insumos e prazos específicos.

Pari passu a esse movimento, o Programa de Proteção Social traçou um Plano de Ação **em Linhares e Sooretama**, com previsão de iniciativas para atendimento às famílias que foram desalojadas e desabrigadas em decorrência dos impactos causados pela instalação e manutenção de barramento no rio Pequeno, que afetou os corpos d'água deste rio, da lagoa Juparanã e das áreas ocupadas do entorno e seus distintos usos sociais. As iniciativas foram:

- Identificação das famílias impactadas;
- Acompanhamento das famílias com deslocamento físico de suas moradias;

⁹ O Cadastro Integrado é um dos programas da Fundação Renova responsável pelo cadastramento de pessoas físicas e jurídicas (apenas micro e pequenas empresas), famílias e comunidades impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão. Contém o levantamento dos impactos sociais, culturais, econômicos ou ambientais e monitoramento socioeconômico das famílias e municípios afetados.

¹⁰ Iniciado em 2007 e regulamentado pelo Decreto 7.334/2010, o Censo SUAS é uma ferramenta fundamental para orientar as ações de planejamento e gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS em todo o país. Realizado anualmente se configura enquanto um dos principais instrumentos para o planejamento e monitoramento da Assistência Social, ao produzir informações que permitem o acompanhamento das unidades gestoras e prestadoras de serviços do SUAS, bem como do controle social.

- Organização e acompanhamento dos processos de mudança para moradias provisórias;
- Pagamento de compensação financeira para custear nova moradia;
- Pagamento de Auxílio Vale Transporte.

Este Plano de Ação possui ampla interface com os demais programas da Fundação, tanto na área socioeconômica como na área ambiental, uma vez que a reparação deste impacto trouxe novos arranjos para os programas, na perspectiva de atender de forma mais célere as famílias impactadas.

Diante desse conjunto de iniciativas, o quadro abaixo recupera os principais marcos do Programa de Proteção Social ao longo do período de atuação da Fundação Renova, considerando o início destas ações a partir de 05 de novembro de 2015:

- Custeio de aluguel pela Samarco para abrigar os indivíduos/famílias atingidas pelo Rompimento da barragem;
- Cadastramento Emergencial das famílias atingidas em Mariana;
- Criação do primeiro banco de dados das famílias com deslocamento físico em MG;
- Contratação por tempo determinado de equipe técnica suplementar da rede socioassistencial e fornecimento de insumos (veículos, equipamentos e materiais) para atendimento as famílias atingidas pelo Desastre;
- Visitas Técnicas realizadas aos municípios/territórios impactados;
- Reuniões diversas com Estados, Municípios impactados, Defensoria Pública, Defesa Civil, dentre outros órgãos para tratar de assuntos pertinentes ao Programa e famílias atingidas;
- Oficinas de Proteção Social, em Minas Gerais e Espírito Santo, para os operadores da Proteção Social;
- Elaboração dos Mapas de vulnerabilidade dos Municípios com base nas campanhas 1 e 2;
- Elaboração da Matriz Integrada dos Municípios;
- Elaboração dos Planos de Reparação em Proteção Social;
- Apresentação dos Planos de Reparação em Proteção Social aos municípios;
- Capacitação em Mariana e Barra Longa e municípios do Espírito Santo;
- Criação de Fluxos e Protocolos de atendimento em Mariana e Barra Longa (MG);
- Acompanhamento Familiar de famílias em deslocamento físico (MG);
- Encaminhamento de famílias reassentadas aos serviços socioassistenciais (Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira);

- Implantação do módulo de Proteção Social, dentro do Sistema de Gestão de Stakeholder – SGS, para o acompanhamento das ações definidas pelo Programa de Proteção Social, no atendimento às famílias impactadas;
- Elaboração do Plano Emergencial de Proteção Social para famílias atingidas pela cheia do Rio Pequeno, no município de Sooretama;
- Participação na construção do Plano de Contingência solicitado pela deliberação do CIF nº 180;
- Visita a domicílios e aplicação dos questionários às famílias Beira Rio/Linhares;
- Atendimento das famílias de Linhares e Sooretama impactadas pelo Barramento e alagamento da Lagoa Juparanã;
- Remoção das famílias Beira Rio/Linhares para abertura do Canal, com alojamento das referidas em hotéis, moradias provisórias e casas de parentes;
- Remoção de Famílias da área de alagamento em Sooretama;
- Tratativas com famílias de Linhares e Sooretama para concretização da compensação financeira;
- Realização das ações coletivas do projeto de indenização assistida, com a realização de oficinas de educação financeira no Espírito Santo;
- Acompanhamento e execução das ações definidas no Plano de Contingenciamento das áreas atingidas pela cheia da Lagoa Juparanã e Rio Pequeno.

Linha do Tempo do Programa de Proteção Social

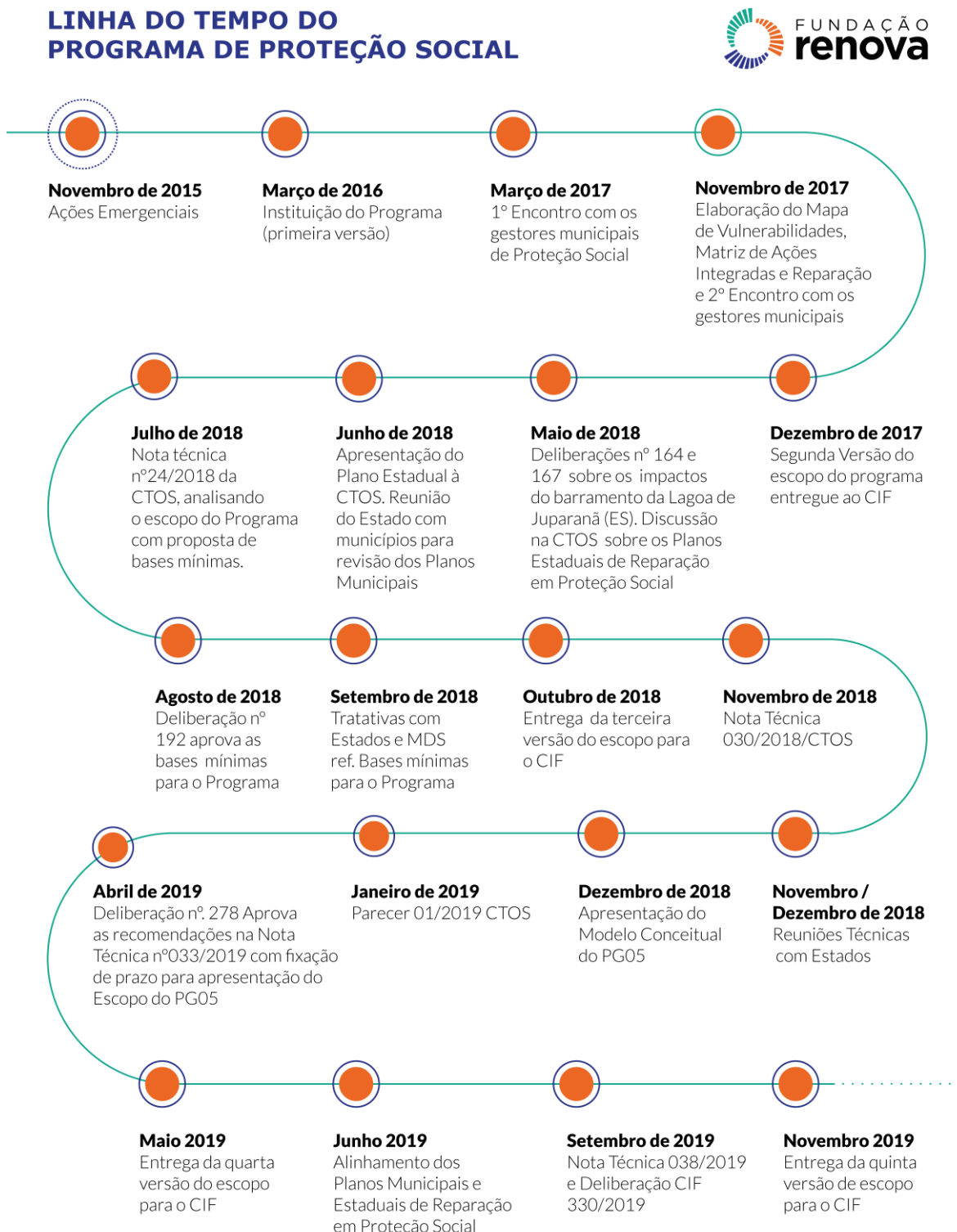


Figura 3 Linha do Tempo do Programa de Proteção Social

5.4 Histórico de engajamento dos stakeholders

O quadro abaixo recupera os principais marcos da interlocução entre o Programa de Proteção Social e seus principais *stakeholders* na construção do escopo e das soluções aos desafios do Programa.

Quadro 4 Histórico de engajamento dos stakeholders

STAKEHOLDERS	MARCOS DE ENGAJAMENTO
<p>Secretarias Municipais de Assistência Social</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões com as gestões municipais de Mariana e Barra Longa, para a elaboração dos Planos Emergenciais; - Realização de oficinas, para a escuta dos gestores municipais, repasse de informações, levantamento de insumos a sistematização do escopo do Programa, apresentação do Mapa de vulnerabilidade e da Matriz de ações integrada para se fazer a reparação das famílias impactadas vulneráveis.
<p>Programas da Fundação Renova</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Participação nas atividades dos Programas de Reconstrução, Recuperação e Realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; e do Programa de Turismo, Cultura e Lazer para contribuir com as ações de atendimento de adolescentes e idosos; - Reunião de alinhamento das ações de reparação integrada com vários Programas da Fundação; - Realização de reuniões com as equipes dos Programas para tratativas dos casos de famílias identificadas em situação de vulnerabilidade e risco social; - Reunião com programas socioeconômicos, para construção da política de reparação.
<p>Ministério Público Estadual</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Participação de reuniões para nivelamento de informações inerentes ao programa.
<p>Câmaras Técnicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Participação de equipe da Câmara Técnica nas oficinas de escuta aos gestores municipais para o levantamento de insumos para o escopo do Programa; - Apresentação na Câmara Técnica de Organização Social-CTOS do escopo do programa;

STAKEHOLDERS	MARCOS DE ENGAJAMENTO
	<ul style="list-style-type: none"> - Envio de relatório das ações implementadas no Programa.
Ministério da Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de reuniões com a Diretoria de Proteção Básica e Diretoria de Gestão do SUAS para a validação do programa antes da submissão à Câmara Técnica de Organização Social; - Mediar a implantação das ações de reparação nos municípios, com objetivo de clarear as atribuições dos atores envolvidos e garantir uma relação de engajamento.
Secretarias de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (MG e ES)	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de reuniões com a SETADES/ES (Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo) para a construção de ações direcionadas às particularidades das famílias impactadas vulneráveis na região; - Realização de reuniões com a SEDESE/MG (Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais) para construção de supervisão técnica, pela equipe estadual, com os municípios impactados.

5.5 Soluções Construídas

Rotas de Reparação

A reparação dos impactos causados ou agravados pelo rompimento da barragem é um princípio norteador de todos os Programas da Fundação Renova. Torna-se, portanto, primordial o diálogo e a elaboração conjunta de ações de reparação, envolvendo os responsáveis por todos os programas bem como as comunidades e os atingidos.

Com base na **identificação das famílias e indivíduos considerados vulneráveis de acordo com o Cadastro Integrado**, bem como de suas **principais vulnerabilidades decorrentes do rompimento da barragem** são estabelecidas as **Rotas de Reparação**. Ou seja, são identificadas e definidas as competências e as responsabilidades das diferentes equipes dos diversos programas que compõem a Fundação Renova, obedecendo aos fluxos e protocolos para o atendimento integrado. Dessa forma, a partir do entendimento que os programas da Fundação Renova devem priorizar em seus escopos de atuação, as famílias e/ou indivíduos vulneráveis, o programa de Proteção Social assume

um **papel importante para a integração das frentes de trabalho de reparação e compensação realizadas pelos demais programas da Fundação Renova.**

O programa pretende intensificar o atendimento das vulnerabilidades, apesar de entendê-las como um desafio na rota de reparação. O foco, para além da condição de vulnerável, é concentrar esforços na perda de condição de produtividade e geração de renda advindas do rompimento da barragem.

O desafio de **operacionalização das ações de integração** apresentado ao Programa de Proteção Social implica desde a compreensão por parte dos demais programas da Fundação Renova **sobre as particularidades do público prioritário** até a **necessidade de socialização dos cronogramas de ações** nos diferentes territórios para priorização e divulgação para as famílias e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Identificação das vulnerabilidades das Famílias

A partir da atuação da Fundação Renova junto às famílias impactadas, foi possível identificar as principais **vulnerabilidades das famílias e/ou indivíduos**, geradas ou agravadas em função do rompimento da barragem como **a perda da condição de moradia e agravamento da capacidade produtiva.**

Essas vulnerabilidades foram identificadas por diferentes atores, tais como:

- Cadastro Integrado: A partir das informações autodeclaradas dos impactos sociais, culturais, econômicos ou ambientais percebidos pela população atingida é possível traçar o perfil dos territórios e das famílias e/ou indivíduos impactados em situação de vulnerabilidade social;
- Participação, Diálogo e Controle Social: Por meio da interação com a população impactada são identificadas as situações de vulnerabilidade e/ou necessidades das famílias e indivíduos impactados, sendo direcionadas as demandas e manifestações aos respectivos programas;
- Canais de Relacionamento: Por intermédios dos canais de relacionamentos é estabelecido contato entre as famílias e indivíduos impactados e a Fundação. A partir desses canais a população manifesta suas demandas que são encaminhadas aos programas da Fundação Renova;
- Ministério Público: acompanha as ações da Fundação Renova desde sua criação. Enquanto parceiro importante na defesa e proteção do indivíduo frente as fragilidades geradas ou potencializadas pós desastre, apresenta as demandas desse público para devidos tratamentos por parte dos Programas da Fundação;

- Equipamentos Públicos: A partir dos atendimentos realizados às famílias e indivíduos impactados pelos Cras e Creas por meio na inserção do Paif e Paefi dentro das comunidades.

Tipos de impactos declarados¹¹	Família Vulnerável¹²
Pesca	12912
Comércio e Serviços	2729
Lavadeira	168
Agropecuária	1122
Extração Mineral	401
Atividade - Construção Civil	623
Atividade - Autônomo(a)	170
Deslocamento físico ¹³	707

Fonte: Cadastro Integrado da Fundação Renova

Diante do cenário de necessidades revelado, o Programa de Proteção Social, de forma articulada aos demais Programas da Fundação Renova, estabelece a **Rota de Reparação** para as famílias e/ou indivíduos vulneráveis a partir do planejamento e da implementação do atendimento a esse público, de modo a favorecer e potencializar o processo reparatório de forma integrada.

A conclusão do processo de reparação se dará quando as ações de reparação forem efetivadas. Cabe ao Programa de Proteção Social o monitoramento do atendimento das famílias e/ou indivíduos vulneráveis no próprio Programa, bem como nos demais programas da Fundação Renova. É importante ressaltar que o atendimento dessas famílias e/ou indivíduos vulneráveis pelos demais programas da Fundação Renova é estabelecido a partir de critérios de elegibilidade.

Para o monitoramento do atendimento das famílias em outros programas, faz-se necessário um trabalho integrado, organizado a partir de fluxos e protocolos e indicadores

¹¹ A área de abrangência da planilha é de toda a Calha do Rio Doce.

¹² Importante considerar que uma família pode ter declarado mais de um impacto.

¹³ O número referente ao deslocamento físico é composto por dados de famílias referentes a Linhares (78 famílias), Sooretama (25), Barra Longa (83) e Mariana (521).

objetivos. O trabalho junto às famílias, por sua vez, carece de uma integração com o Programa de Diálogo Social e com os serviços socioassistenciais ofertados pelas políticas públicas. Ambos devem se organizar a partir de contatos periódicos, fluxos de informações que deem respostas do atendimento às famílias se são ou não elegíveis as políticas definidas nos Programas.

Equipe Territorial Dedicada

As Equipes territoriais dedicadas foram constituídas enquanto estratégia da Fundação Renova para potencializar o processo reparatório, ou seja, acompanhar a execução das ações necessárias no processo de reparação dos danos causados às famílias e ou indivíduos vulneráveis impactadas.

Trata-se de equipes interdisciplinares, constituídas por profissionais com formação nas áreas de serviço social, psicologia e saúde. As equipes atuarão no mapeamento das situações de vulnerabilidade e **acompanhamento das ações de reparação estabelecidas pela Fundação Renova**, assim como no apoio à interface dos serviços de assistência social municipais com os demais programas e atores envolvidos no processo de reparação integrada.

Dada a necessidade de uma intervenção sistêmica, as equipes territoriais dedicadas deverão trabalhar **articuladas tanto com os demais programas da Fundação Renova como com o poder público local**, sendo fundamental a **troca de informações e o trabalho concomitante e conjunto**, com vistas à superação da condição de vulnerabilidades surgidas ou agravadas.

A organização do processo de trabalho será estruturada a partir dos seguintes eixos norteadores:

- Monitoramento das Populações Impactadas;
- Interlocução com o Poder Público;
- Interlocução com outros programas da Fundação Renova.

Em atenção às diferenças territoriais das regiões impactadas bem como à variação dos danos causados à população e às peculiaridades no processo de reparação de cada um dos segmentos atingidos, cumpre destacar que faz parte dos critérios de alocação dessa equipe no território, a priorização no apoio aos municípios, ressaltando que a atuação não é direta desta equipe no trabalho social com famílias, em que não há suplementação de recursos humanos – RH pelo Programa de Proteção Social, quais sejam, os municípios com menos de 50 famílias cadastradas no Cadastro Integrado da Fundação Renova.

A tabela abaixo apresenta a configuração da distribuição das equipes por todo território impactado.

Tabela 2 Quantitativo da equipe territorial dedicada

DISTRIBUIÇÃO DAS EQUIPES POR TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO		
Quantitativo		
Territórios	Coordenador	Analista Social e de Saúde
Mariana e Alto Rio Doce	1	3
Calha do Rio Doce	1	3
Médio Rio Doce	1	3
Baixo Rio Doce	1	6
Foz do Rio Doce/Litoral¹⁴	1	6
Total	5	21
TOTAL GERAL		26

Fonte: Elaboração Fundação Renova

¹⁴ O Baixo, Foz e Litoral do Rio Doce contarão com um número maior de equipes considerando a presença de Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas nesses territórios.

6- Eixos de atuação do programa

O Programa de Proteção Social, em seu escopo de atuação, tem como foco as **famílias e indivíduos vulneráveis**, atuando **em dois eixos**. Cada eixo contempla um conjunto de ações articuladas que visam intervir e criar ambientes que buscam solucionar ou mitigar os impactos causados pelo rompimento da barragem de forma integrada.

EIXO I- Fortalecimento da Política Pública de Assistência Social

- Capacitação e Supervisão para a equipe Técnica operadora em Proteção social , visando aumentar a capacidade técnica de intervenção neste público.
- Otimização dos equipamentos públicos/ Cras e Creas para ampliar a cobertura do Paif e Paefi no atendimento às famílias e indivíduos vulneráveis impactadas.

EIXO II- Integração de Ações entre programas Fundação Renova e Poder Público

- Priorização do público vulnerável impactado junto aos Programas da Fundação Renova buscando uma reparação integrada em varias dimensões dos impactos causados neste público.

A seguir serão detalhados os dois eixos estratégicos que compõe o Programa de Proteção Social

Eixo I:

Fortalecimento da Política Pública de Assistência Social

Objetivo

Elevar a capacidade de atendimento às famílias ou indivíduos vulneráveis impactados por meio do apoio e fortalecimento da Política Pública de Assistência Social local.

Requisitos, Premissas e Restrições

A estratégia de reparação será desenvolvida de forma conjunta com o Poder Público, considerando a prerrogativa estatal, nas ações de trabalho social com famílias.

Escopo do Projeto

De forma a estruturar a proposta de reparação as atividades deste eixo, que foram definidas nos **Planos de Reparação em Proteção Social**, são explicitadas nos **Planos de Trabalho** sendo assim divididas em duas linhas de ação a saber:

- a) Apoio às ações de capacitação e supervisão técnica, para os operadores em Proteção Social;
- b) Otimização dos equipamentos públicos (Cras e Creas) para ampliação do Paif e do Paefi para atendimento às famílias e ou indivíduos vulneráveis impactadas.

a. Apoio às ações de capacitação e supervisão técnica para operadores em Proteção Social

O que é

Propõe-se apoiar na realização de **oficinas e capacitações** focadas no entendimento de como o SUAS pode realizar acompanhamento familiar em situações de crise e urgência e emergência. As temáticas a serem definidas devem levar em conta o processo de construção conjunta com as Secretarias de Estado, além das **ações de apoio e supervisão técnica dos Estados** nos municípios impactados.

Também propõe-se fortalecer a **capacidade institucional dos municípios atingidos** com o objetivo de produzir resultados concretos nos temas prioritários de proteção social, saúde, e saneamento básico por meio da execução de um programa de residência em gestão pública.

Fortalecer as equipes operadoras em proteção social é imprescindível para acelerar o processo de reparação para esse público vulnerável. A oferta de serviços socioassistenciais

em situações de crise, urgência e emergência permite aos operadores da política reverem seus processos e fluxos, principalmente na regulação e na organização dos dados produzidos neste período. Propõe-se a construção dos **Planos de Capacitação**, em conjunto com as equipes da Sedese-MG e Setades-ES, considerando as especificidades de cada Estado, principalmente as questões regionais e alinhamento na metodologia a ser usada.

O Plano de Capacitação deverá ser desenhado de forma que todos os municípios impactados recebam conteúdos balizados em:

- Enfrentamento a situações de crise no âmbito do SUAS;
- Fortalecimento da vigilância socioassistencial nos municípios.

Já as **ações de apoio e supervisão técnica** consistem no fortalecimento da gestão Estadual de Assistência Social, no acompanhamento das ações de reparação executadas nos municípios. As de supervisão ressaltam o papel das esferas Estaduais preconizadas na Política Nacional de Assistência Social – PNAS e no Sistema único de Assistência Social /SUAS.

No que se refere ao fortalecimento da **capacidade institucional dos municípios do Rio Doce**, essa será operacionalizada por meio da qualificação da mão-de-obra e da gestão estratégica de pessoas a fim de criar soluções no curto, médio e longo prazo para os desafios enfrentados pelos municípios a partir do rompimento da Barragem de Fundão.

Nesse sentido, as ações previstas no programa de Residência em Gestão Pública do Rio Doce preveem a atuação de 44 profissionais que serão alocados em áreas-chaves e fundamentais para o desenvolvimento local – nos municípios, nos comitês gestores estaduais e nos bancos de desenvolvimento de Minas Gerais e do Espírito Santo –, com atuação prioritária **nos eixos de proteção social**, saúde e saneamento. Os profissionais participantes do programa deverão apoiar a implementação dos projetos estratégicos dos municípios alinhados aos eixos prioritários e a formação de servidores com foco na perenização do conhecimento aplicado pelos bolsistas ao longo da residência. Nesse caso, a criação de uma rede regional de jovens transformadores pode servir de elemento de modernização da gestão pública de nível local, contribuindo para o aumento da capacidade institucional das administrações públicas e para o gerenciamento e execução dos planos de ação instituídos pelo TTAC.

O trabalho desempenhado pelos residentes deverá ocorrer de modo a gerar uma maior capacitação dos servidores do município, um reforço de mão-de-obra durante a residência e a melhoria da capacidade institucional local, deixando um legado para o Município.

Público-alvo

O público será composto por técnicos de referência dos equipamentos públicos Cras e Creas, gestores e demais profissionais da Proteção Social que atuam nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, municípios descritos no TTAC e os municípios incluídos nas deliberações do CIF.

Critérios de elegibilidade

As ações de capacitação, oficinas e supervisão técnica serão ofertadas a todos os municípios localizados na abrangência de atuação do Programa de Proteção Social e para os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, conforme definido pelo TTAC.

Para algumas dessas ações, os municípios serão agrupados em polos, de modo a otimizar os encontros. Serão consideradas as especificidades e necessidades territoriais nas definições dos polos.

b. Otimização dos equipamentos públicos/ Cras e Creas para ampliação do Paif e do Paefi para atendimento às famílias vulneráveis impactadas

O que é

Trata-se de um conjunto de ações transversais de apoio e fortalecimento ao Poder Público local com o objetivo de elevar a capacidade de atendimento às famílias e indivíduos vulneráveis impactados.

As ações propostas são:

- Suplementação de recursos humanos às equipes técnicas de referência do Cras e Creas para aumentar a cobertura o Paif e Paefi nas comunidades impactadas;
- Disponibilização de recursos para aquisição de equipamentos criando condições de trabalho para equipe suplementar;
- Disponibilização de veículos para deslocamento das equipes técnicas para a realização de atividades, visando à garantia da realização do trabalho social com as famílias nas comunidades rurais, indígenas, tradicionais e de difícil acesso;
- Disponibilização de recursos para aquisição de insumos para a realização das oficinas com famílias nas comunidades impactadas;
- Implementação de serviços de forma regionalizada, conforme demanda apresentada pelo Estado de Minas Gerais.

Atores Estratégicos

As ações acima se destinam aos municípios impactados, objetivando fortalecer a Política Pública de Assistência Social local para atendimento às famílias e ou indivíduos vulneráveis impactadas.

Critérios de elegibilidade

O Programa de Proteção Social elaborou critérios quantitativos para as ações de apoio que a Fundação Renova deve ofertar aos municípios impactados de forma a se efetivar o processo de reparação. Tanto a suplementação de recursos humanos, quanto o quantitativo de veículos e o valor de repasse a cada município para insumos e equipamentos foram definidos de acordo com os critérios estabelecidos a partir das informações contidas na base do Cadastro Integrado¹⁵ da Fundação, levando em conta:

- *Evidências de aumento da demanda junto aos equipamentos públicos de assistência social que atendem às comunidades atingidas, correlacionado com o rompimento¹⁶;*
- *Número de famílias vulneráveis cadastradas por município;*
- *Número de comunidades impactadas por município;*
- *Número de comunidades indígenas ou de povos tradicionais por município (conforme tabela 1).*

Quadro 5 Critérios para suplementação de equipes

CRITÉRIOS PARA SUPLEMENTAÇÃO DE RH NAS EQUIPES MUNICIPAIS¹⁷	
CRITÉRIO 1	
Nº de famílias vulneráveis cadastradas por município	Nº de equipes a suplementar
50 a 500	01 equipe
501 a 1000	02 equipes
1001 a 1500	03 equipes
1501 a 2000	04 equipes
CRITÉRIO 2	
Número de comunidades impactadas por município	Nº de equipes a suplementar

¹⁵ Base de dados do Cadastro Integrado de janeiro de 2019.

¹⁶ Análise comparativa com regiões e municípios não atingidos para avaliação da tendência das demandas antes e depois do rompimento.

¹⁷ Conforme análise da minuta de nota técnica n.33/CTOS-CIF a Fundação Renova considera que os municípios têm autonomia para indicar as categorias profissionais de que necessitem para suplementação dessas equipes que atuarão nos territórios impactados, respeitado o critério quantitativo deliberado no escopo do PPS.

05 a 10	01 equipe
11 a 20	02 equipes
Municípios com comunidades indígenas e tradicionais	01 equipe

Fonte: Elaboração Fundação Renova

O critério acima foi estabelecido tendo como base a nota técnica nº27/2015/DGSUAS/SNAS/MDS, que trata da metodologia de cálculo relativa aos novos indicadores de desenvolvimento das unidades Cras e Creas. Nesse sentido, a proposta de suplementação de RH para apoiar os municípios foi apresentada na CTOS e o critério utilizado para definir o quantitativo de RH para cada município teve como parâmetro a NOB-RH/SUAS.

Embora haja clareza da definição da composição das equipes pela NOB-RH, percebe-se que cada município apresenta uma realidade diferente, por este motivo, será feito um ajuste da composição de equipe para cada equipamento público de referência das comunidades impactadas, de acordo com as necessidades do município, levando em consideração o critério quantitativo acordado com a CTOS.

Nos municípios em que houver suplementação de equipe em decorrência da existência de comunidades indígenas e tradicionais, será realizada uma capacitação específica para os referidos operadores. Nesse sentido, qualquer atuação a ser desenvolvida por essa equipe será feita em conjunto com as diretrizes do SUAS e das políticas afetas à área (ex. Plano Brasil Quilombola, e Orientações Técnicas para Trabalho Social com Famílias Indígenas na Proteção Social Básica).

Nos municípios em que não houver suplementação de recursos humanos, a intensificação do apoio será feita por meio da Equipe Dedicada respeitando logicamente a prerrogativa estatal na execução do Paif e do Paefi.

Quanto à suplementação logística para **veículos**, o critério considera o número de equipe suplementadas por município, ou seja:

Quadro 6 Critério Apoio Transporte

Critério para apoio de transporte para deslocamento das equipes municipais	
Nª de equipe complementar por município	Nº de veículos a disponibilizar
1 a 3	1 veículo
4 a 6	2 veículos
Municípios com comunidades indígenas e povos tradicionais	+ 1 veículo

Fonte: Elaborado pela Fundação Renova

Aos municípios com presença de comunidades indígenas e tradicionais foi considerado um (01) veículo para cada, independente da aplicação de outro critério, dadas as particularidades dessa população.

Cabe observar que o critério em tela será aplicado com observação às mudanças realizadas na base do Cadastro Integrado; assim novos municípios podem vir a receber apoio de suplementação de Recursos Humanos e Veículos diante de uma nova realidade apurada de impacto, pelo Cadastro, bem como municípios já contemplados podem vir a receber uma complementação de equipe, veículos ou insumos, caso o cenário de cadastrados seja alterado, assim como novas identificações de impactos.

Já em relação ao **aporte de equipamentos** para o desenvolvimento das atividades das equipes complementares dos serviços do Paif e Paefi, atendo-se à estrutura necessária para o atendimento das famílias e indivíduos vulneráveis impactados, é considerado o seguinte critério: o número de profissionais por equipamento determina o número de equipamentos a serem recebidos. Em atendimento a esse critério, os municípios receberão recursos financeiros para aquisição de kits básicos de móveis e equipamentos para atuação da equipe complementar.

Insumos para execução do SCFV

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. É ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias e realizado por meio do PAIF e do PAEFI, conforme descrição oficial em *website* da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.¹⁸

O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários. Visa resgatar os vínculos familiares e sociocomunitários realizando atendimentos coletivos por meio de atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a faixa etária dos usuários e o perfil do grupo a ser trabalhado.

Para tanto, essas atividades do SCFV se materializam por meio de oficinas coletivas. Deste modo, a Fundação Renova repassará recurso financeiro para os municípios, para a

¹⁸ Conforme descrito na página da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>

aquisição de material de custeio, de acordo com a portaria nº 134 do MDS, sendo considerados, também, para o repasse, o número de comunidades impactadas. A especificação desse material de custeio estará prevista no Plano de Trabalho de cada município¹⁹.

As ações se destinam aos municípios impactados, objetivando fortalecer a Política Pública de Assistência Social local para atendimento às famílias vulneráveis impactadas.

Apoio à implantação de unidades regionais de Creas

O que é

Ampliação da oferta dos serviços de Proteção Social de Média Complexidade por meio do apoio na implantação de unidades de Creas Regionais (equipamentos públicos) para a oferta de atendimento do Paefi aos municípios impactados que não possuem tal equipamento.

Público-alvo

A implantação dos Creas Regionais será realizada apenas em **Minas Gerais** tendo em vista que no Espírito Santo todos os municípios atingidos pelo rompimento da barragem possuem unidades de Creas implantadas e em funcionamento.

Critérios de elegibilidade

Para a oferta de serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade em unidades de Creas Regionais serão identificadas evidências de ampliação da demanda por serviços especiais em decorrência com o rompimento²⁰, seguidos os parâmetros definidos nas instâncias de pactuação e controle social do SUAS, em âmbito nacional e estadual, e a definição de uma territorialização específica para atendimento específico dos municípios atingidos.

Para identificação das áreas prioritárias para oferta regionalizada do serviço deverão ser utilizados como referência técnica o Plano Estadual de Regionalização de Minas Gerais

¹⁹ De acordo com o Art. 7º da Portaria nº 134, de 28 de novembro de 2013, o valor mensal de referência para cálculo do montante a ser repassado pelo PBV é de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por usuário e será aferido até o limite da capacidade de atendimento aceita pelo município ou o Distrito Federal. Disponível em http://www.lex.com.br/legis_25137826_PORTARIA_N_134_DE_28_DE_NOVEMBRO_DE_2013.aspx

²⁰ Análise comparativa com regiões e municípios não atingidos para avaliação da tendência antes e depois do rompimento.

(2015), o Plano Estadual de Proteção Social de Minas Gerais (2018) e uma proposta de regionalização para atendimento exclusivo e específico para os municípios atingidos.

A definição dos locais para implantação dos Creas Regionais ficará a cargo do Estado que definirá as diretrizes de implantação dos equipamentos conforme legislação em vigor.

Entretanto, para o efetivo desenvolvimento do trabalho e para o alcance dos objetivos de trabalho com famílias vulneráveis, é preciso contar também com a articulação de rede, uma das ações fundamentais do CREAS Regional, sendo também necessário um esforço coletivo (políticas públicas, organizações sociais e sistema de justiça) para o acompanhamento das famílias.

Eixo II

Integração de ações entre programas da Fundação Renova e Poder Público

Objetivo

Definir as ações do Programa de Proteção Social que possibilitem integração com demais **Programas da Fundação Renova**, buscando garantir que as ações de reparação contribuam, de fato, para a **promoção de atividades produtivas das famílias e ou indivíduos vulneráveis**.

Requisitos, Premissas e Restrições

- Os programas da Fundação Renova devem apresentar um escopo e planejamento de ações adequados para lidar com os impactos, bem como executar as medidas previstas.
- Os programas da Fundação Renova devem priorizar em seus escopos de atuação, as famílias e/ou indivíduos vulneráveis.
- Integração das frentes de trabalho de reparação e compensação realizadas pelos demais programas da Fundação Renova.

Escopo do Projeto

Nesse eixo é fundamental definir as ações do Programa de Proteção Social que possibilitam a integração com os demais **Programas da Fundação Renova**. Dessa forma o eixo encontra-se estruturado em uma linha de ação, que abaixo, será detalhada, propondo sua definição conceitual, os atores estratégicos e a sua operacionalização:

- a) Priorização no atendimento ao público vulnerável impactado, na rota de reparação junto aos Programas da Fundação Renova.

c. Priorização do público vulnerável impactado, na rota de reparação junto aos Programas da Fundação Renova

O que é

O Programa de Proteção Social assume um **papel importante para a integração das rotas de reparação realizadas pela Fundação Renova**, nos territórios impactados priorizando o atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. E, desse modo, o Programa de Proteção Social tem a função expressa de **dar visibilidade a este**

público, alinhando o conceito de vulnerabilidade a ser adotado pela Fundação Renova.

Atores estratégicos

No processo de reparação em Proteção Social há alguns atores estratégicos importantes, quais sejam, as lideranças dos programas da Fundação Renova, responsáveis pela tomada de decisão e os técnicos destes programas que garantem a operacionalização de forma integrada, bem como as equipes de assistência social dos municípios atingidos.

Metodologia

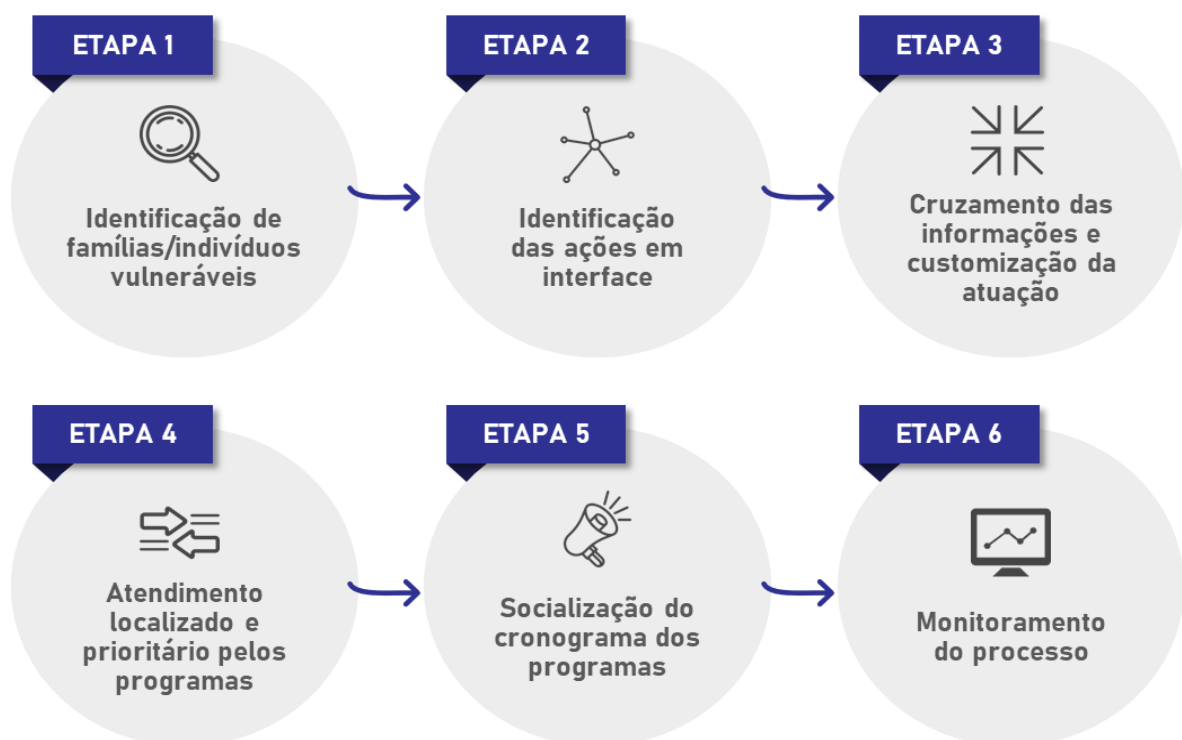


Figura 3 Síntese das ações do Eixo II

1 - Identificação de famílias e ou indivíduos vulneráveis a serem consideradas prioritárias nas Rotas de Reparação.

Essa atividade consiste na disponibilidade de dados pelo Cadastro Integrado da Fundação Renova, contendo informações das famílias vulneráveis conforme conceito definido e os impactos declarados como decorrentes do rompimento. O banco de dados gerado por esse filtro permite a todos os programas visualizarem, dentro do recorte de público de sua área específica de atuação, a categorização por município, ou comunidade, a composição familiar, faixa etária, gênero, profissão/ocupação das pessoas que compõem o universo de vulneráveis, bem como os impactos declarados, a renda *per capita* e o índice de desenvolvimento familiar. Essa caracterização do público vulnerável permite aos

programas otimizar o desenho de suas ações visando uma atuação mais assertiva na rota de reparação. Como o Cadastro Integrado é uma base de dados dinâmico, as informações devem ser atualizadas a cada marco de finalização das etapas do cadastro de forma que nenhuma família vulnerável deixe de ser reparada.

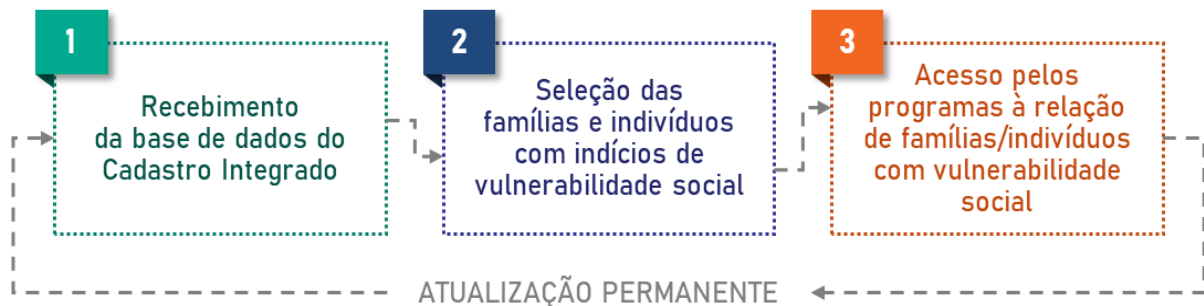


Figura 4 Detalhamento das atividades - Identificação de famílias e ou indivíduos vulneráveis a serem consideradas prioritárias nas Rotas de Reparação

2 – Identificação das ações em interface com o Programa de Proteção Social

As ações dos demais programas da Fundação Renova que fazem interface com o Programa de Proteção Social dialogam diretamente com a estratégia de reparação em Proteção Social, uma vez que para o atendimento às necessidades elencadas desse público existe uma interdependência na implementação das ações desses programas de forma complementar à reparação. Nesse sentido, para execução dessa interface, é necessário conhecer a metodologia dos programas e promover a apropriação do esse conceito de público vulnerável pelos demais programas da Fundação Renova, de forma a possibilitar o desenho de ações voltadas para o objetivo de integração. Como um segundo passo, foi possível identificar as ações abaixo, a partir de um levantamento do status atual das ações dos programas da Fundação Renova que fazem interface com o Programa de Proteção Social. O levantamento considera as ações em andamento e aquelas previstas para o ano de 2020.

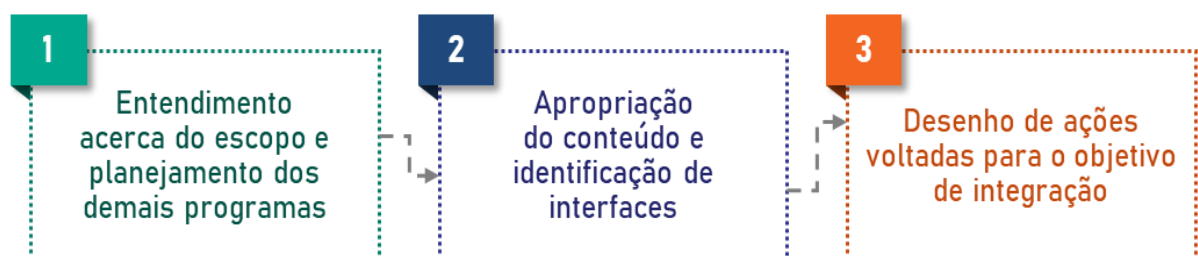


Figura 5 Detalhamento das atividades - Identificação das ações em interface com o Programa de Proteção Social.

Tabela 3 Interface entre o Programa de Proteção Social e demais Programas da Fundação Renova

PROGRAMAS		ações em andamento/previstas	PROPOSTAS DE AÇÕES EM ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL
PG001	Cadastro de Impactados	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento dos solicitantes que não terminaram seu processo de cadastramento. • Finalização dos pareceres de avaliação de impacto. • Manutenção do processo de revisão e atualização dos cadastros existentes. • Identificação na base de dados do público vulnerável, por municípios 	<ul style="list-style-type: none"> • Reavaliação do número de famílias consideradas vulneráveis. • Monitoramento no atendimento dessas famílias na rota de reparação da Fundação Renova. • Apoio na busca de pessoas ainda não localizadas e reclusas, de forma a possibilitar a conclusão de seu cadastramento. • Cruzamento de dados das informações existente na base, atendendo demanda do Programa. • Liberação do acesso a base de dados para os municípios, facilitando o trabalho com famílias vulneráveis.
PG002	Ressarcimento de indenização dos impactados	<ul style="list-style-type: none"> • Continuidade do atendimento às famílias pendentes das Campanhas 1, 2 e 3 e das famílias cadastradas no escritório de Mariana. • Finalização dos Pagamentos de Lucro Cessante de 2019. 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento do atendimento - resposta da elegibilidade ou não ao programa - às famílias consideradas vulneráveis.

PROGRAMAS	AÇÕES EM ANDAMENTO/PREVISTAS	PROPOSTAS DE AÇÕES EM ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL
	<ul style="list-style-type: none"> • Início dos atendimentos às famílias cadastradas na Fase 2. • Finalização das homologações pendentes referentes ao Dano Água. 	
PG003	<p>Proteção e Recuperação da qualidade de vidas dos povos indígenas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprovação, pela FUNAI, de estudos de Componente Indígena e Plano Básico Ambiental. • Definição de Indenização para Comunidades Indígenas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento dos resultados dos estudos e planos com as ações, em execução, com o Programa de Proteção Social, buscando otimizar a reparação no âmbito da Proteção. • Monitoramento do atendimento às famílias, seguindo as mesmas diretrizes e princípios previstos pelos órgãos públicos para o atendimento.
PG004	<p>Qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Finalização do Estudo Complementar do Componente Quilombola de Degredo e dos estudos dos faiscadores. • Aprovação do detalhamento do Plano Básico Ambiental de Degredo. • Definição e Finalização da Indenização para Comunidades Quilombolas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação integrada entre os programas da FR para os operadores de Proteção Social dos municípios onde haja comunidades tradicionais e indígenas.

PROGRAMAS	AÇÕES EM ANDAMENTO/PREVISTAS	PROPOSTAS DE AÇÕES EM ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL
PG006	Diálogo Social <ul style="list-style-type: none"> • Continuidade do processo de Campanhas e Eventos; de Assessoria de Imprensa; de Produção de Conteúdo; de Gestão das Manifestações na Ouvidoria da Fundação Renova (FR). • Continuidade do processo de Gestão dos Canais de Relacionamento; de Canais de informação e interação com as comunidades; de Participação Social nos Programas da FR. • Continuidade do processo de Análise de Contexto: compreensão, reconhecimento e aproximação; e do processo de Diálogo Social permanente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de informações sobre o Programa ao público ampliado de interesse da FR. • Auxílio na otimização dos fluxos de informação dentro da FR. • Qualificação dos dados que chegam para o programa de Proteção Social. • Canal importante para o programa de Proteção, quando da inserção nas comunidades impactadas.
PG013	Turismo, cultura, esporte e lazer <ul style="list-style-type: none"> • Início do apoio aos projetos selecionados pelo Edital Doce (nas áreas da cultura, turismo, esporte e lazer) nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. • Elaboração do plano de marketing previsto para o município de Mariana. 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação e inclusão dos públicos vulneráveis na execução dos projetos do Edital Doce e priorização de projetos que apresentem objetivos voltados a este público. • Construir projetos com foco em territórios específicos, com demanda de trabalho com mulheres, jovens etc.

PROGRAMAS	AÇÕES EM ANDAMENTO/PREVISTAS	PROPOSTAS DE AÇÕES EM ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL
PG014	<p>Saúde Física e Mental da população impactada</p> <ul style="list-style-type: none"> Entrega do Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Juventude –CAPSIJ - reformado ao município de Mariana Aprovação do Termo de cooperação técnica entre Fundação Renova e FAPES/FAPEMIG para contratação dos Estudos Epidemiológicos e Toxicológicos Montagem e entrega do Mobiliário/Equipamentos para apoio à saúde mental de Barra Longa Conclusão das Oficinas de Capacitação dos Profissionais do SUS em Mariana e Barra Longa Conclusão dos Estudos de Avaliação de risco à saúde humana -ARSH-em Barra Longa e Mariana 	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento do acesso ao serviço ofertado pelo CAPSIJ e pela saúde mental de Barra Longa, pelas famílias vulneráveis. Garantia de representatividade técnica nas oficinas de capacitação. Alinhamento dos resultados dos estudos com as ações, em execução, da Proteção Social.
PG015	<p>Tecnologia socioeconômica</p> <ul style="list-style-type: none"> Homologação dos resultados finais referentes às chamadas de Agroecologia e Produção Orgânica FAPEMIG e FAPES Encerramento do projeto de drones para coleta de amostras de água referente ao Edital Senai de Inovação 	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação e inclusão dos públicos vulneráveis na execução dos projetos (chamadas). Disponibilização de informações sobre o projeto Uso do e Manejo do Rejeito para as comunidades.

PROGRAMAS	AÇÕES EM ANDAMENTO/PREVISTAS	PROPOSTAS DE AÇÕES EM ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL
	<ul style="list-style-type: none"> Finalização da execução do projeto Uso do Rejeito, de Pesquisa de Caracterização do Solo com Rejeitos 	
PG016	Retomada das atividades aquícolas e pesqueiras <ul style="list-style-type: none"> Execução dos estudos de diagnóstico da cadeia, percepção de impacto e viabilidade de projetos Execução dos estudos da caracterização socioeconômica da pesca e monitoramento pesqueiro Início da assessoria e assistência técnica de ATER com fortalecimento da cadeia produtiva da pesca e aquicultura. 	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação e inclusão dos públicos vulneráveis na execução dos estudos e projetos (chamadas). Priorização do público vulnerável no processo de assessoria e assistência técnica de ATER. Análise do perfil do público vulnerável no desenho das ações. No momento da execução das ações, identificando violação de direitos ou quadros de vulnerabilidade, comunicar imediatamente ao Programa.
PG017	Retomada das atividades agropecuárias <ul style="list-style-type: none"> Conclusão dos processos de contratações das empresas prestadoras de serviço na região de Candonga à Foz 	<ul style="list-style-type: none"> Consideração do público vulnerável nas localidades de fornecimento e instalação de mini ETes e nas demais intervenções do programa (atividade de manejo do uso do

PROGRAMAS	AÇÕES EM ANDAMENTO/PREVISTAS	PROPOSTAS DE AÇÕES EM ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL
	<ul style="list-style-type: none"> • Início do processo de fornecimento e instalação de mini ETEs (estação de tratamento de efluentes) na região de Fundão a Candonga • Conclusão das atividades de manejo do uso do solo das propriedades elegíveis para fase 1 (pré-identificação da mancha de rejeitos) na região de Candonga à Foz • Conclusão das intervenções para devolver as condições de retomada das atividades agropecuárias nas propriedades -Fase 2 -Lote 3, 4 e 9 • Conclusão dos diagnósticos e projetos de recursos hídricos pela contratada ERG-Engenharia nas propriedades da região de Fundão à Candonga • Conclusão das Infraestruturas rurais simples (PG 10) na região de Fundão a Candonga 	<p>solo; projetos de recursos hídricos; construção de infraestruturas rurais simples – em conexão com o PG10).</p> <ul style="list-style-type: none"> • No momento da execução das ações, juntos aos pequenos produtores, na identificação de violação de direitos ou quadros de vulnerabilidade, comunicar imediatamente ao Programa.

PROGRAMAS		AÇÕES EM ANDAMENTO/PREVISTAS	PROPOSTAS DE AÇÕES EM ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL
PG18	Economia Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de parceria com gestoras de recursos parceiras do MST para o projeto agroecológico em assentamentos na Bacia do Rio Doce • Lançamento do Fundo Compete ES referente ao eixo de financiamento e incubação 	<ul style="list-style-type: none"> • Priorização do público vulnerável no projeto agroecológico em assentamentos na Bacia do Rio Doce. • Divulgação e inclusão dos públicos vulneráveis no Fundo Compete ES. • No momento da execução das ações, identificando violação de direitos ou quadros de vulnerabilidade, comunicar imediatamente ao Programa.
PG020	Estímulos à contratação local	<ul style="list-style-type: none"> • Início do Projeto de Qualificação Profissional 2020 	<ul style="list-style-type: none"> • Priorização do público vulnerável no projeto de qualificação profissional 2020. • Fornecer o quadro de vagas, para que o Programa divulgue nos CRAS e CREAS.
PG021	Auxílio Financeiro Emergencial	<ul style="list-style-type: none"> • Início dos atendimentos às famílias cadastradas na Fase 2 • Realização dos atendimentos às famílias do escritório de Mariana • Finalização dos atendimentos das famílias pendentes das Campanhas 1, 2 e 3 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar mecanismo de acompanhamento do atendimento, dentro dos critérios de elegibilidade, do AFE do número de famílias consideradas vulneráveis. • Apoiar o programa do AFE, para um atendimento equitativo, separando o público que não for elegível, para ter o atendimento dentro do Programa de proteção Social.

PROGRAMAS	AÇÕES EM ANDAMENTO/PREVISTAS	PROPOSTAS DE AÇÕES EM ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL
PG026	<p>Recuperação de áreas de preservação permanente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação e manutenção florestal nas propriedades da Sub-bacia do Suaçuí (Médio Rio Doce) pela CIAAT no Ano 01 • Validação do Projeto Individual das Propriedades para a Sub-bacia do Manhuaçu (Médio Rio Doce) no Ano 02; e dos Projetos para terras indígenas Krenak (Médio Rio Doce) no Ano 02 • Validação do Projeto Individual da Propriedade para os Assentamentos (MG) -Fase 1; e do Projeto Individual das Propriedades para a Sub-Bacia do Rio Guandu (Baixo Rio Doce) no Ano 02 • Entrega das Casas de Sementes e concepção do seu plano de gestão e monitoramento do funcionamento • Celebração do termo de adesão com os atores sociais e instituições envolvidos na cadeia produtiva de restauração 	<ul style="list-style-type: none"> • Consideração do público vulnerável no projeto de implantação e manutenção florestal; no projeto Individual de Propriedades; no projeto das Casas de Sementes; e na celebração do termo de adesão. • Fomentar o trabalho de educação ambiental junto ao público vulnerável. • No momento da execução das ações, identificando violação de direitos ou quadros de vulnerabilidade, comunicar imediatamente ao Programa.

PROGRAMAS	AÇÕES EM ANDAMENTO/PREVISTAS	PROPOSTAS DE AÇÕES EM ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL
PG027	Recuperação de nascentes <ul style="list-style-type: none"> • Conclusão da implantação do restauro florestal nas propriedades da Sub-bacia do Suaçuí pela CIAAT (Ano 02) • Manutenção agroflorestal na Sub-bacia de Pontões e Lagoas do Ano 01 (3º ano) • Manutenção agroflorestal na Sub-bacia do Suaçuí do Ano 01 (3º ano) pelo Instituto Terra • Obtenção das assinaturas dos termos de adesão dos proprietários participantes do Programa 27 na Sub-bacia de Pontões e Lagoas do Ano 03 • Mobilização e engajamento na Sub-bacia de Pontões e Lagoas do Ano 03; e nas propriedades da Sub-bacia do Suaçuí e Terras Indígenas Krenak do Ano 03 • Obtenção das assinaturas dos termos de adesão dos proprietários participantes do Programa 27 na Sub-bacia do Suaçuí e Terras Indígenas Krenak do Ano 03 	<ul style="list-style-type: none"> • Priorização do público vulnerável no processo de mobilização e engajamento de recuperação de nascentes. • No momento da execução das ações, identificando violação de direitos ou quadros de vulnerabilidade, comunicar imediatamente ao Programa.

PROGRAMAS		AÇÕES EM ANDAMENTO/PREVISTAS	PROPOSTAS DE AÇÕES EM ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL
PG031	Coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos	<ul style="list-style-type: none"> • Continuação da disponibilização e repasse de recursos financeiros aos municípios, destinados ao estudo, planejamento e realização de obras de infraestrutura, contemplando as áreas de esgotamento sanitário e destinação de resíduos sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão, dentro das possibilidades e priorização do público vulnerável e em situação de maior vulnerabilidade na realização de obras de infraestrutura. • Divulgação da liberação destes recursos nos municípios, visando a inserção desta mão de obra no momento do início das obras. • Identificação das comunidades impactadas que porventura ainda não tenham restabelecido o abastecimento de água, em detrimento do rompimento.
PG032	Melhoria do sistema de abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão das obras de melhoria nas ETAs de Governador Valadares/MG e na ETA de Linhares/ES • Conclusão de entregas de licenciamento ambiental definidos no cronograma em 16 Localidades • Conclusão de entregas de regularização fundiária definidos no cronograma em 10 Localidades • Execução de obras em todo o território 	

PROGRAMAS	AÇÕES EM ANDAMENTO/PREVISTAS	PROPOSTAS DE AÇÕES EM ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL
PG033	<p>Educação para revitalização da Bacia do Rio Doce</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização do Seminário para apresentação da Proposta e Adesão dos municípios para realização do Projeto de Formação de Educadores e Gestores • Formação dos formadores e tutores do Curso de Aperfeiçoamento do Projeto de Formação de Educadores e Gestores • Realização do Fórum Regional de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce 2020 • Mobilização dos educadores do Curso de Aperfeiçoamento do Projeto de Formação de Educadores e Gestores; e Mobilização e Seleção dos participantes do Projeto Lideranças Jovens 	<ul style="list-style-type: none"> • Consideração do público vulnerável na realização do seminário e do Fórum. • Priorização do público vulnerável nas frentes do programa. • Divulgação do monitoramento da qualidade da água, para o programa de proteção ajudar na divulgação dentro das oficinas de trabalhos social com famílias.
PG034	<p>Preparação para emergências ambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização da Atualização do Censo 2020 em Mariana e Barra Longa (Dam Break e buffer de 15m) 	<ul style="list-style-type: none"> • Priorização do público vulnerável na realização da atualização do censo 2020.
PG036	<p>Comunicação Nacional e Internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação à sociedade e às comunidades sobre as ações conduzidas pela Fundação Renova • Inclusão de eventos no Calendário do site 	<ul style="list-style-type: none"> • Priorização do público vulnerável na comunicação sobre as ações conduzidas pela Fundação Renova. • Apoiar a comunicação nos territórios do processo de reparação.

PROGRAMAS	AÇÕES EM ANDAMENTO/PREVISTAS	PROPOSTAS DE AÇÕES EM ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL
	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização e divulgação periódica da página Dados da Reparação • Contraposição de boatos e notícias de teor falso nas redes sociais 	
PG040	<p>CRAS e PRAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Início do processo de retificação/ratificação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades de Candonga à Foz, realizado pelas contratadas de ATER que atuarão no PG 17 no Território 2 • Realização junto ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) de capacitações técnicas relativas à inscrição no CAR para imóveis rurais e para Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) na área de abrangência do TTAC • Início da elaboração do Programa de Regularização Ambiental (PRA) das propriedades • Início do acompanhamento da validação do PRA das propriedades junto aos órgãos ambientais e início da obtenção dos termos de compromisso • Acompanhamento junto ao IEF da implantação das Unidades Demonstrativas (UDs) de Sistemas Agroflorestais (SAF) em Áreas de Preservação 	<ul style="list-style-type: none"> • Priorização do público vulnerável no rol das propriedades que serão objeto dos projetos piloto do PRA. • Priorização do público vulnerável na realização das capacitações técnicas relativas à inscrição no CAR para imóveis rurais e para Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) na área de abrangência do TTAC. • Priorização do público vulnerável na implantação das Unidades Demonstrativas (UDs) de Sistemas Agroflorestais (SAF) em Áreas de Preservação Permanente (APP), assim como na realização de treinamentos para produtores rurais sobre Sistemas Agroflorestais.

PROGRAMAS	AÇÕES EM ANDAMENTO/PREVISTAS	PROPOSTAS DE AÇÕES EM ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL
	Permanente (APP), assim como realização de treinamentos para produtores rurais sobre Sistemas Agroflorestais	

Fonte: Elaborado pela Fundação Renova

3 – Cruzamento das informações para customização de atuação da Fundação Renova

Há, hoje, no âmbito da Fundação Renova, um esforço de integração dos Programas, iniciando no processo de planejamento:

- **Plano Territorial Integrado-PTI:** consiste em um plano que explicita os impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, bem como o conjunto das ações a serem desenvolvidas para mitigar estes impactos. Sua construção tem se dado por meio de oficinas com a participação dos programas em atuação nos territórios onde existe estrutura operacional da Fundação Renova. O Plano Territorial Integrado tem como objetivo a busca de convergência entre os atores envolvidos na construção e implementação das iniciativas de reparação integral previstas no TTAC para cada território. Para sua elaboração, leva em conta uma leitura estratégica dos territórios, a definição de eixos de reparação integral e estratégias de engajamento, e a necessária integração entre os programas, culminando na construção de um plano de trabalho integrado.
- **Sala de Integração:** é um ferramental de gestão para a tomada de decisões estratégicas e avaliação de resultados da Fundação Renova. Ele possibilita à Fundação Renova encontrar, planejar e executar soluções ao processo reparatório, de forma célere, assertiva e integrada, observando a urgência e a importância de alguns temas para os territórios. Com definição de foco e classificação de casos, faz uma análise crítica e adota medidas de destravamento de questões centrais.
- **Agenda Gerencial Integrada:** consiste em uma reunião para discutir e articular operacionalmente as ações dos programas da Fundação Renova com o processo de reparação em Proteção Social. É realizada junto aos gerentes dos Programas de forma a identificar e priorizar o atendimento a famílias e ou indivíduos em situação de vulnerabilidade. A partir da construção dessa agenda, são envolvidos os técnicos dos Programas nos territórios de forma a operacionalizar a referida integração.

Nesse sentido, é importante se valer desses esforços de integração para a realização de um cruzamento das informações acima elencadas (famílias e ações). Essa integração das informações também pode se dar por meio de reuniões periódicas/bimestrais e seminários entre o Programa de Proteção Social e os demais programas da Renova para discussão estratégica das soluções de reparação a serem trilhadas para este público vulnerável nos territórios. Esse cruzamento de informações deve, ainda, considerar em suas ações o potencial e as vocações de cada território procurando fomentar os ativos ali existente. O produto desses esforços de integração é um **plano de ação integrado para atenção aos**

vulneráveis que consiste no detalhamento de ações priorizando o atendimento aos atingidos em situação de vulnerabilidade, dentro das ações já previstas nos diversos programas, e reflete a integração prevista por meio da interface com o programa de Proteção Social.

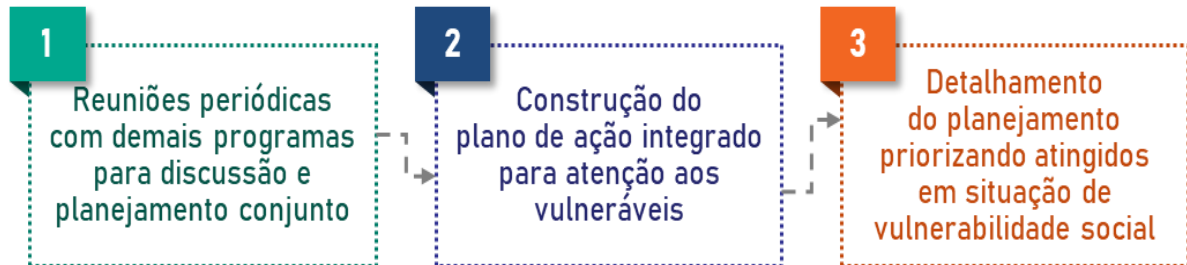


Figura 6 Estratégias de integração dos Programas

4 – Atendimento localizado e prioritário pelos demais programas da Fundação Renova

De posse das informações sobre o público prioritário e das ações em curso pelos demais programas da Fundação Renova, as equipes desses programas criarão ambientes que possibilitem a inclusão do referido público em suas ações. Para execução e acompanhamento desse processo, será importante poder contar com a atuação da equipe territorial Dedicada do programa de Proteção Social. Tanto as equipes territoriais dos programas, quanto as do programa de Proteção Social devem pautar suas ações de informação e acesso, pela necessária compreensão do território (mapeamento dos dados das famílias e das potencialidades existentes), pelo acompanhamento de casos críticos (famílias com baixa resiliência ou incapacidade de agir frente à situação de emergência), e articulação de ações e encaminhamentos das famílias e ou indivíduos ao poder público, naquilo que for de sua competência.

Para além desse fluxo, caso sejam identificadas **demandas pelo Poder Público**, por meio de seus serviços no contato com as famílias impactadas, o fluxo será a condução de uma análise da demanda, por parte da equipe Territorial e encaminhamento aos Programas da Fundação Renova para análise de elegibilidade para o atendimento. A intenção é impulsionar a eficácia e direcionar as ações às famílias e indivíduos impactados, considerando também as rotas de reparação integral e integrada estabelecidas nos territórios.

A **criação de outros processos** que priorizem os **casos de privação** também poderá se dar com a atuação do comitê multisetorial de Direitos Humanos da Fundação Renova. Inclui-se nesse escopo a avaliação de casos críticos como aqueles caracterizados por baixa resiliência ou baixa capacidade de agir, casos encaminhados pelo Ministério Público ou por

canais de relacionamento da Renova ou mesmo identificados pelos demais programas da Fundação.



Figura 7 Detalhamento das atividades - Atendimento localizado e prioritário pelos demais programas da Fundação Renova

5 - Socialização do cronograma das ações dos demais programas da Fundação Renova

Essa etapa consiste na promoção de acesso à informação - tipos e programação das atividades - dos diversos programas da Fundação Renova ao público vulnerável. Para isso, o compartilhamento das informações será feito: i) pelos equipamentos públicos de Assistência Social, tais como o CRAS e o CREAS; ii) por meio das equipes de diálogo social, que fazem interface constante com lideranças comunitárias e público vulnerável; iii) pelas equipes territoriais dedicadas; iv) pelas próprias equipes dos programas e seus demais parceiros.

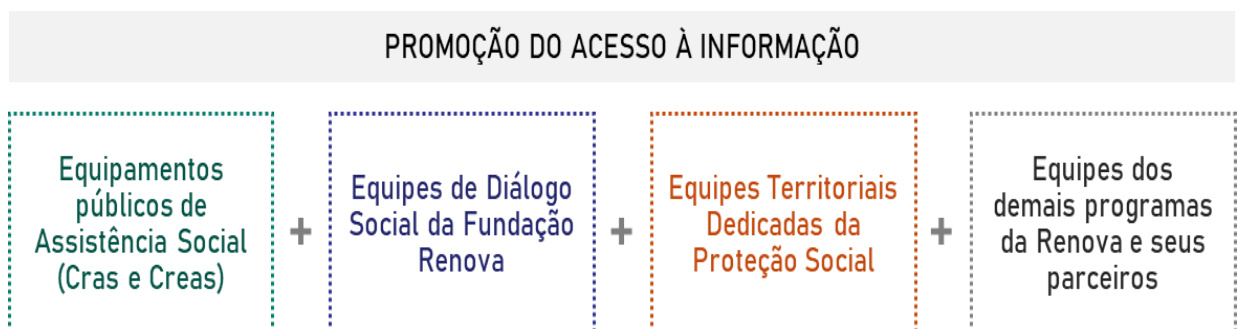


Figura 8 Detalhamento das atividades - Socialização do cronograma das ações dos demais programas da Fundação Renova

6 – Monitoramento do processo

O monitoramento do processo será feito por meio de um acompanhamento semestral, onde estará demonstrada a disponibilização de acesso à informação sobre os programas, bem como o percentual de inserção e a priorização do público em seus projetos. Será possível assim, a consolidação desses dados e a construção de relatórios qualitativos e quantitativos sobre a priorização do público vulnerável na rota da reparação, foco da Proteção Social, de forma a retroalimentar o processo.

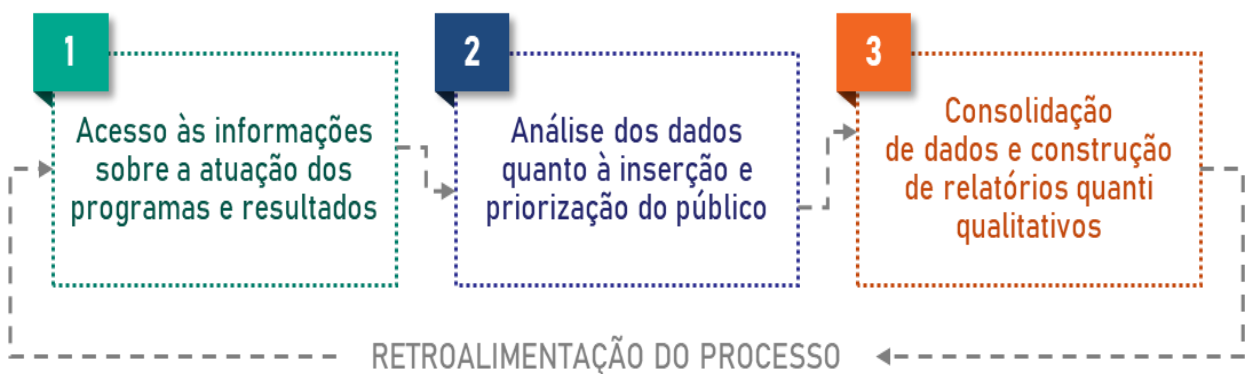


Figura 9 Detalhamento das atividades - Monitoramento do processo.

7 Projetos Estaduais de Enfrentamento à Pobreza

A pobreza se constitui como um fenômeno complexo, e se relaciona com os processos de segregação e marginalização, exclusão social, desigualdade territorial, desemprego, entre outros. Dessa forma, historicamente, vem sendo tratada sob uma ótica multidimensional e sistêmica, levando em consideração, não somente aspectos monetários, mas de acessibilidade a políticas públicas.

Nesse sentido, pode-se aportar o conceito construído no Plano Estadual de Minas Gerais de Enfrentamento à Pobreza no Campo complementando a visão acima, tratando a pobreza como:

uma situação de vulnerabilidade traduzida pela não garantia dos direitos constitucionais dos indivíduos, tendo consequências como insegurança alimentar e nutricional, a falta de acesso aos serviços públicos básicos como saneamento, energia elétrica, educação, moradia, saúde, assistência social e também dificuldades de acesso a condições objetivas de produção para geração de renda para a sobrevivência, considerados contextos territoriais e ambientais que ocupam (Minas Gerais, 2017).

A questão da capacidade produtiva é reforçada nos artigos 25 e 26 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, onde está estabelecida a necessidade de existência de iniciativas que a garantam para a melhoria das condições gerais de subsistência.

Tendo por base esses e outros conceitos, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo apresentaram à Fundação Renova seus Projetos de Enfrentamento à Pobreza para tratativa nos territórios atingidos, projetos esses incluídos na deliberação 192 do CIF.

No documento apresentado pelo estado do Espírito Santo, afirmou-se que o acesso ao trabalho e a disponibilidade de recursos nos territórios atingidos foram os componentes que apresentaram os piores resultados no IDF médio dos municípios do Espírito Santo, evidenciando serem essas, as dimensões prioritárias para o enfrentamento das vulnerabilidades e pobreza.

No Estado de Minas Gerais, primando seu entendimento da pobreza como uma questão intersetorial, para além dos mecanismos de inclusão produtiva pensados por meio da qualificação profissional, intermediação de mão de obra e incentivo ao empreendedorismo, foi apontada a superação de privações emergentes como a insegurança alimentar, a dificuldade de acesso a água e a convivência com a seca, como fatores importantes de atuação para minimização da pobreza.

Com base nessa leitura, um conjunto de ações foi desenhado dentro dos Projetos de Enfrentamento à Pobreza, ações essas que convergem com o eixo 2 do Programa de

Proteção Social, e será tratado em seu âmbito. Para além disso, conforme quadro abaixo, é possível observar ações em andamento dos diversos programas da Fundação Renova, e sua correlação e diálogo com as ações do Projeto de Enfrentamento da Pobreza.

Cabe ao Programa de Proteção Social uma articulação contínua junto aos Programas da Fundação Renova e às ações do Poder Público que tenham como premissa o Enfrentamento da Pobreza de forma a tornar real o pactuado e proposto.

Tabela 4 Programas com interface direta com os Projetos de Enfrentamento à Pobreza²¹

AÇÕES PREVISTAS NOS PROJETOS ESTADUAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA	PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO RENOVA	AÇÕES EXECUTADAS PELOS PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO RENOVA
PROMOÇÃO DO ACESSO A ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E PARA PRODUÇÃO	PG002 - Ressarcimento e indenização dos impactados	<ul style="list-style-type: none"> - Indenizações pela interrupção no abastecimento e distribuição de água destinadas a todas as pessoas que moravam nas cidades/distritos em que a distribuição de água potável ficou suspensa por mais de 24 horas seguidas.
	PG003 - Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação do poço existente em território Krenak para captação subterrânea em toda a terra indígena; - Manutenção do abastecimento de água potável e mineral para uso e consumo humano, e de água bruta para dessedentação animal; - Melhoria dos acessos viários em terras indígenas Krenak para garantir o fornecimento de água, assim como a segurança da comunidade; - Acordos com o povo indígena Krenak: um de atendimento emergencial e outro para construção de cisternas, como parte da solução estruturante para o problema de abastecimento de água; - 1.444 titulares de comunidades indígenas e 390 titulares de comunidades tradicionais incluídos no escopo de atuação da Fundação Renova, com atenção à segurança hídrica, econômica e alimentar; - Indenizações pela interrupção no abastecimento e distribuição de água destinadas a todas as pessoas que moravam nas cidades/distritos em que a distribuição de água potável ficou suspensa por mais de 24 horas seguidas.
	PG004 - Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção do abastecimento de água potável e mineral para uso e consumo humano (Degredo).

²¹ As informações detalhadas no quadro foram obtidas por meio dos Relatórios Anuais elaborados pela Fundação Renova e enviados ao Comitê Interfederativo.

AÇÕES PREVISTAS NOS PROJETOS ESTADUAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA	PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO RENOVA	AÇÕES EXECUTADAS PELOS PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO RENOVA
PG009 - Recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho para o restabelecimento das condições de operação da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves por meio da implantação de ações de desassoreamento na área de alagamento da hidrelétrica e de reparo de infraestrutura. 	
PG014 - Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de Análise de Risco à Saúde Humana; - Estudos epidemiológicos e toxicológicos (estudo epidemiológico descritivo, estudo toxicológico, estudo da saúde do trabalhador e estudo de saúde mental). 	
PG031 - Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de recursos financeiros pela Fundação Renova, no valor de R\$ 500 milhões, aos municípios da área ambiental 2 (banhados pelo rio Doce e pelos trechos impactados dos rios Gualaxo do Norte e Carmo). Os recursos deverão ser empregados na elaboração de planos básicos de saneamento básico, elaboração de projetos de sistema de esgotamento sanitário, implementação de obras de coleta e tratamento de esgotos, erradicação de lixões e implantação de aterros sanitários regionais (2017). 	
PG032 - Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	<ul style="list-style-type: none"> - Construção, utilizando a tecnologia apropriada, de sistemas alternativos de captação e adução, e melhoria das estações de tratamento de água para todas as localidades cuja operação do sistema de abastecimento público ficou inviabilizada temporariamente em decorrência do evento (2017); - Investimento na melhoria de 13 estações de tratamento de água e entrega de 6 adutoras; - Habilitação de 30% de fontes alternativas para municípios com até cem mil habitantes e 50% para as cidades maiores. Até agosto de 2018 foram entregues 10 sistemas de captação alternativa entre poços perfurados ou recuperados e captações em corpos hídricos superficiais: <ul style="list-style-type: none"> o Poços: em Gesteira (distrito de Barra Longa), Cachoeira Escura (distrito de Belo Oriente), Pedra Corrida (distrito de Periquito), São Vitor (distrito de Governador Valadares), Galileia, São Tomé do Rio Doce (distrito de Tumiritinga), Itueta e Colatina. o Mananciais superficiais: uma captação em Linhares, duas em Colatina e uma em Governador Valadares (distrito de Recanto dos Sonhos); - Realização do Estudo de Capacidade de Mananciais Superficiais e Subterrâneos — também chamado de Estudo de Segurança Hídrica; - Instalação de 120 caixas d'água nas propriedades de Regência no Espírito Santo em parceria com a Fortleve; 	

**AÇÕES PREVISTAS NOS
PROJETOS ESTADUAIS
DE ENFRENTAMENTO À
POBREZA**
**PROGRAMAS
DA FUNDAÇÃO
RENOVA**
AÇÕES EXECUTADAS PELOS PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO RENOVA

- Reforma e modernização na Estação de Tratamento de Água (ETA) da região de Regência (ES) e Galileia (MG);
- Conclusão dos projetos detalhados dos sistemas individuais de abastecimento do distrito de Ipaba, em Santana do Paraíso;
- Conclusão das obras e início da captação no Córrego Barroso, que permitirá reduzir a dependência de fornecimento por caminhão-pipa para a cidade de Resplendor;
- Montagem e instalação das balsas de captação em Galileia; e a escavação do trecho sob a BR-381 para passagem da adutora de captação no Rio Corrente Grande, em Governador Valadares;
- No Espírito Santo, está em andamento a regularização fundiária da área utilizada para instalação da adutora e da estação elevatória para captação no Rio Pancas, em Colatina;
- Diagnóstico das condições do tratamento de água na localidade de Ipaba do Paraíso, bairro de Santana do Paraíso (MG) - 2017. Na ETA de Regência, dois operadores receberam treinamentos em temas relacionados ao tratamento da água;
- Apoio na conclusão da recuperação e instrumentação do poço tubular localizado no Território Indígena Krenak, cuja operação e manutenção ficará a cargo da SESAI -Ministério da Saúde. (2017);
- Melhoria nas estações de tratamento I e II da Sanear em Colatina (2017);
- Instalação da nova estação de tratamento de água em Cachoeira Escura em Belo Oriente, (2017);
- Interligação do poço tubular ao Sistema de abastecimento de Água de Periquito. (2017);
- Entrega da adutora no Rio Pancas em Colatina (2017);
- Entrega do sistema de tratamento do poço de São Tomé do Rio Doce distrito de Tumiritinga (2017);
- Implantação de uma unidade de tratamento de resíduos e um biodigestor para tratamento de esgotos doméstico na ETA de Regência (2017).

AÇÕES PREVISTAS NOS PROJETOS ESTADUAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA	PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO RENOVA	- AÇÕES EXECUTADAS PELOS PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO RENOVA
<p>FOMENTO À COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS</p> <p>PROVISÃO DE INSUMOS PARA PRODUÇÃO</p> <p>ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL</p> <p>INCLUSÃO PRODUTIVA DESTINADA À SEGURANÇA ALIMENTAR E À GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA</p>	<p>PG017 - Retomada das Atividades Agropecuárias</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Primeira etapa da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Cada família atendida foi contemplada com 64h/ano entre atividades coletivas e individuais. O contrato nessa etapa está sendo de 46 meses. Apoio aos proprietários rurais em suas atividades de rotina visando a diversificação das fontes de renda e a produção sustentável; e suporte ao processo de retomada das atividades agropecuárias e a sua readequação ambiental, bem como à aplicação de práticas sustentáveis de produção nas propriedades rurais impactadas, além de apoio na inserção ou ampliação de mercados para a comercialização de seus produtos, conforme a cláusula 125c do TTAC. Os técnicos de ATER vacinaram 2.186 animais para prevenção da clostridiose bovina, indispensável ao manejo dos animais (2017). Até o final do ano 2018, 3.684 horas de assistência técnica e extensão rural foram fornecidas para 177 propriedades; - Oferta de cursos de Avicultura Familiar Caipira ofertado pela EMATER em julho de 2018. Ao todos foram 80 participantes dos municípios de Belo Oriente, Naque, Periquito, Rio Casca e Sem Peixe, em Minas Gerais; - Realização de cursos de produção de hortaliças e produção de mel; - Projeto Renovando a Paisagem, parceria com os conceituados World Resources Institute (WRI), World Agroforestry Centre (Icraf) e Fazenda Ecológica, onde foram desenvolvidos cursos para produtores interessados em transformar suas propriedades em unidades demonstrativas de tecnologias sustentáveis, ajudando a difundir-las nas áreas rurais atingidas (2018). Implantação de 25 Unidades Demonstrativas (UDS) de Silvicultura de Espécies Nativas, Manejo de Pastagem Ecológica e Sistemas Agroflorestais (SAFs) em 21 propriedades localizadas entre Mariana e a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (Candonga), no município de Rio Doce; - Realização do curso de Manejo Sanitário de Bovinos, com o objetivo de capacitar produtores do gado leiteiro da comunidade de Mandioca, no distrito de Gesteira, em Barra Longa (MG); - Capacitações pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). Treinamentos em índice de sustentabilidade agrícola (ISA) e plano de adequação socioeconômico e ambiental (PASEA). Manejo sanitário de bovinos, avicultura, e criação e manejo de horta comunitária foram temas de cursos; - Em parceria com a Epamig, foram realizadas visitas técnicas nas propriedades rurais para elaboração dos projetos técnicos referentes à construção dos viveiros de peixe, em caráter experimental, na forma de unidades de demonstração e transferência de tecnologias (2017); - Elaboração de projetos de construções rurais em conformidade com o Pasea e com o manejo sustentável dos agroecossistemas (2017).
	<p>PG016 - Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de aquaponia: Cultivando para Pescar voltado para pescadoras e pescadores profissionais artesanais de quatro comunidades de Linhares (ES) por meio de parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) – Campus Piúma. O projeto terá aporte de mais de R\$ 4 milhões e duração de 24 meses. Cada comunidade vai receber seis sistemas coletivos para a

AÇÕES PREVISTAS NOS PROJETOS ESTADUAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA	PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO RENOVA	- AÇÕES EXECUTADAS PELOS PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO RENOVA
		produção de tilápias e hortaliças. Ao todo, serão implantadas 24 unidades de aquaponia, além de um sistema de controle no IFES de Piúma.
	PG026 - Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e PG027 - Recuperação de Nascentes	<ul style="list-style-type: none"> - Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): 270 proprietários são elegíveis, até o momento, ao programa que recompensa financeiramente agricultores que se comprometem a recuperar nascentes, mananciais e fontes de água em suas propriedades; - Projeto-piloto em parceria com a WWF-BRASIL: recuperação florestal em larga escala na sub-bacia do Suaçuí, em 300 hectares de apps e demais áreas de recarga hídrica nas regiões de galileia, Governador Valadares e Periquito, em Minas Gerais; - Zoneamento ambiental produtivo (ZAP) da bacia do Rio Gualaxo do Norte e da microbacia do Rio Do Carmo concluído.
	PG040 CAR e PRAs	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação da Emater para fomento ao CAR e PRA; aplicação dos Indicadores de Sustentabilidade em Agro ecossistemas (ISA) e elaboração dos Planos de Adequação Socioeconômicos e Ambientais (Paseas); - 235 propriedades rurais participam de ações de desenvolvimento, nos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. O plano de recuperação de cada propriedade é traçado individualmente, com a aplicação do ISA — que mede a sustentabilidade econômica, social e ambiental do imóvel rural — e a posterior elaboração do Pasea. No fim de 2018, haviam sido realizadas 204 avaliações de sustentabilidade (ISA) e emitidos 197 Paseas conceituais. - Até dezembro, na Área Ambiental 1, havia 226 propriedades inscritas no CAR, das quais 180 já com os cadastros retificados, em um universo de 268 propriedades elegíveis. (2018)

Fonte: Elaborado pela Fundação Renova

AÇÕES PREVISTAS NOS PROJETOS ESTADUAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA	PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO RENOVA	AÇÕES EXECUTADAS PELOS PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO RENOVA
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	PG013 - Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	- Realização de Diagnóstico de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo dos municípios impactados de Minas Gerais e Espírito Santo. Documentos digitais entregues aos municípios em agosto de 2017.
	PG015 - Apoio à Pesquisa para Desenvolvimento e Utilização de Tecnologias Socioeconômicas Aplicadas à Remediação dos Impactos	<ul style="list-style-type: none"> - Em 2017, investimento no laboratório móvel do SENAI-MG, o Lab Truck, no Empreende Mariana, evento organizado para estimular o desenvolvimento de ambiente de negócios, empreendedorismo e inovação no município. Foram ofertados cursos de tecnologia para a população (impressão 3D e gambiologia); - Contratação de consultoria para realização de estudo de viabilidade técnica, econômica e comercial de criação de Processo de Certificação através de Programa de Rotulagem Ambiental, para quaisquer produtos que tenham como insumos resíduos e rejeitos derivados do processo de mineração.
INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA	PG016 - Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras	- Orientação à Associação dos Amigos e Pescadores do Rio Doce em Governador Valadares Sobre Cooperativismo, Associativismo e Modelos De Negócios (Agosto/2017).
INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO	PG0- 18 Desenvolvimento e Diversificação Econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo e promoção da participação dos grupos de costura Pimenta Nativa, artes e bordados de Povoação e Associação dos Artesãos e Assemelhados de Regência e região (arte), da Região da foz do Rio Doce, na 28ª Feira Nacional de Artesanato em Belo Horizonte (2017); - Empreendedores de Mariana e Barra Longa, tiveram vitrine para seus produtos em feiras e eventos organizados pela Fundação Renova e seus parceiros, com negociações diretas; - Coleta de projetos para promoção de negócios coletivos sociais, uma parceria com a Brazil Foundation; a primeira chamada aprovou 13 projetos, cuja implementação contou com capacitação específica; - Visita técnica à região de Barreirinhas, no Maranhão, que constitui um case de sucesso de negócios de turismo protagonizados por pequenas comunidades em uma Região de Foz. A viagem contou com a participação de membros das comunidades de Regência e Povoação, em Linhares (es) e de gestores públicos municipais e estaduais; - Desenvolve Rio Doce – fundo de capital de giro que contribui com o reaquecimento da economia formal nos municípios impactados - parceria BDMG e BANDES. Em maio/19 a taxa mínima de juros foi reduzida - 0,59% mês; - Investimento de cerca de R\$ 4 milhões nas iniciativas na Foz, que atenderam a mais de 700 pessoas, entre moradores e empreendedores das áreas de artesanato, pesca, donos de restaurantes, pousadas, camping e espaço de eventos — contribuindo, também, para o fortalecimento da atividade turística da região;

	<ul style="list-style-type: none">- Em Minas Gerais, foi lançado em 2018 o Fundo Compete Rio Doce, ação adicional ao Fundo Desenvolve que objetiva apoiar financeiramente a recuperação de negócios que não conseguiram se habilitar ao fundo Desenvolve. O fundo conta com o apoio do SEBRAE para o diagnóstico financeiro das empresas indicadas;- Diagnóstico de ambiente de negócios do município de Mariana.-
PG020 - Estímulo à Contratação Local	<ul style="list-style-type: none">• Oferta de 820 vagas em Mariana para cursos nas áreas de gestão, informática, construção civil e metalmeccânica, divididas em turmas de Aperfeiçoamento em NR10, NR18 e NR35; Iniciação Profissional em Agente de Inspeção de Qualidade; Processos Administrativos; Atendimento ao cliente; Eletricista; Telhadista; Soldador; dentre outros;• Disponibilização de vagas no Programa Aprendiz da Fundação Renova para jovens entre 16 a 22 anos.

Por fim, cumpre observar que, caso seja identificada a necessidade de desenvolvimento de ações reparatórias no Projeto de Enfrentamento à Pobreza, não abarcadas pelos demais programas já existentes, e que, nos casos onde as ações venham repercutir para além dos territórios impactados, poderão ser apresentados projetos de cunho compensatório à Fundação Renova para avaliação.

8- Planejamento consolidado do programa

8.1 Custo do programa (R\$ milhão)

O custo total do programa está estimado em R\$78,13 milhões, sendo integralmente de natureza reparatória

A seguir, apresenta-se a composição orçamentária do Programa de Proteção Social.

Tabela 5 Custos do Programa

PROJETO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Fortalecimento da política pública de Assistência Social	0,30	0,74	2,19	8,01	38,17	23,25	4,69	0,78	–	78,13
Integração de ações entre programas da Fundação Renova										

8.2 Cronograma do programa

Tabela 6 Cronograma do programa

ATIVIDADE	INÍCIO	FIM
PG005 - Programa de Proteção Social		
Marcos	abril/16	setembro/23
Definição	julho/18	fevereiro/20
Execução	março/17	agosto/23
Encerramento do Programa de Proteção Social	agosto/23	setembro/23

9- Plano de resultados

9.1 Indicadores do Programa

O monitoramento e a avaliação das ações do Programa de Proteção Social devem partir de um sistema de metas e indicadores bem definidos. Pensando nisso, o Programa de Proteção Social mobilizará indicadores conforme descrito na tabela abaixo.

	INDICADOR	UNIDADE	META
I-1	% de Municípios elegíveis com o plano de reparação pactuado implantado	Percentual (%)	100%
I-2	% de Municípios elegíveis que receberam insumos para otimizar o sistema de Proteção Social (Cras e Creas)	Percentual (%)	100%
I-3	% de Municípios com ao menos um técnico de cada equipamento público (CRAS e/ou CREAS) das localidades atingidas capacitados	Percentual (%)	100%
I-4	% de Indivíduos vulneráveis identificados e encaminhados para priorização junto aos demais programas da Fundação Renova	Percentual (%)	100%
I-5	% de Indivíduos vulneráveis com a rota de reparação concluída pelos programas da Fundação Renova	Percentual (%)	100%
I-6	% de Famílias com deslocamento físico com residências concluídas de acordo com o prazo acordado (Mariana, Barra Longa, Sooretama e Linhares)	Percentual (%)	100%
I-7	% de Territórios com equipes dedicadas implantadas	Percentual (%)	100%

Quadro 7 Indicadores do Programa

9.2 Ficha dos Indicadores

I-1 % MUNICÍPIOS ELEGÍVEIS COM O PLANO DE REPARAÇÃO PACTUADO IMPLANTADO			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	O indicador visa mensurar o % de cumprimento da implantação dos planos de reparação pactuados com os municípios		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	100%
Frequência de medição	Data início medição	Data fim medição	
Anual	Mar/20	Ago/23	
Fórmula de cálculo			
$\frac{\# \text{ municípios com planos de reparação pactuados implantados}}{\# \text{ total de municípios com planos de reparação pactuados}} \times 100$			
Numerador	<u>Municípios com planos de reparação pactuados implantados</u>		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Consolidado da implementação do plano de reparação dos municípios.		
Denominador	<u>Quantitativo de gestões municipais de assistência social</u>		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Consolidado do planejado da implementação do plano de reparação dos municípios.		

I-2 % DE MUNICÍPIOS ELEGÍVEIS QUE RECEBERAM INSUMOS PARA OTIMIZAR O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL (CRAS E CREAS)

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	O indicador direcionador mensura a capacidade do Programa de Proteção Social em assegurar aos municípios a oferta de insumos e repasses acordados de acordo com critérios e quantidades estabelecidas pelo Escopo do Programa.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Semestre	100%
Frequência de medição	Data início medição	Data fim medição	
Semestral	Fev/20	Fev/21	

Fórmula de cálculo

Municípios Elegíveis q receberam insumos p/ otimizar Sistema de Proteção Social. x 100

total de munic. Elegíveis a receberem insumos p/otimizar sistema de Proteção Social

Numerador	<u>Municípios Elegíveis q receberam insumos p/ otimizar Sistema de Proteção Socia</u>
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Conforme comprovação de implantação dos planos de ação dos Municípios (termos de aceite, contratos, fotografias, etc).
Denominador	<u>Total de munic. Elegíveis a receberem insumos p/otimizar sistema de Proteção Social</u>
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Conforme planos de ação dos Municípios.

I-3 % DE MUNICÍPIOS COM AO MENOS UM TÉCNICO DE CADA EQUIPAMENTO PÚBLICO (CRAS E/OU CREAS) DAS LOCALIDADES ATINGIDAS CAPACITADOS

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	O indicador direcionador mensura a cobertura da oferta de capacitação aos técnicos dos equipamentos da Assistência Social dos municípios da rota de reparação. Pelos critérios estabelecidos no Escopo, espera-se que, no mínimo, um técnico de cada equipamento seja capacitado.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100%
Frequência de medição	Data início medição	Data fim medição	
Semestral	Jan/20	Set/21	
Fórmula de cálculo			
$\frac{\# \text{ municípios c/ ao menos 1 téc. capacitado.} \times 100}{\# \text{ total de munic. Elegíveis a receberem capacitações}}$			
Numerador	<u>O indicador mensura o percentual gestões municipais de assistência social com pelo menos um profissional capacitado, sendo considerado Secretários, Diretores, Coordenados.</u>		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	conforme dados coletados via empresa contratada para ministrar capacitações.		
Denominador	<u>O indicador mensura o percentual de municípios elegíveis que receberam as capacitações conforme previsto nos planos de ação</u>		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	conforme planos de ação dos Municípios.		

I-4- % DE INDIVÍDUOS VULNERÁVEIS IDENTIFICADOS E ENCAMINHADOS PARA PRIORIZAÇÃO JUNTO AOS DEMAIS PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO RENOVA

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	O percentual de Indivíduos vulneráveis identificados e encaminhados para priorização junto aos demais programas da Fundação Renova é um indicador de resultado que busca captar o sucesso da Reparação em Proteção Social de forma integrada e integral.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Semestre	100
Frequência de medição		Data início medição	Data fim medição
Semestral		Mar/20	Ago/23
Fórmula de cálculo			
$\frac{\# \text{ ind. vul. identificados e encaminhados para os demais programas da FR}}{\# \text{ total de ind. vul. elegíveis a serem atendidos na rota de reparação pela FR}} \times 100$			
Numerador	<u>Número de indivíduos dos núcleos familiares vulneráveis elegíveis a serem atendidos na rota de reparação pelos programas da FR que foram encaminhados pelo PPS</u>		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	PPS		
Denominador	<u>Número total de indivíduos dos núcleos familiares vulneráveis elegíveis a serem atendidos na rota de reparação pelos programas da FR.</u>		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Banco de dados do Cadastro Integrado.		

I-5- % DE INDIVÍDUOS VULNERÁVEIS COM A ROTA DE REPARAÇÃO CONCLUÍDA PELOS PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO RENOVA

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	O percentual de Indivíduos vulneráveis com a rota de reparação concluída pelos programas da Fundação Renova é um indicador de resultado que busca captar o sucesso da Fundação Renova no provimento de assistência aos indivíduos vulneráveis impactados pelo Evento.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Semestre	100
Frequência de medição		Data início medição	Data fim medição
Semestral		Mar/20	Ago/23
Fórmula de cálculo			
$\frac{\# \text{ ind. vul. com a rota de rep. concluída}}{\# \text{ total de ind. vul. elegíveis a serem atendidos na rota de reparação pela FR}} \times 100$			
Numerador	<u>Número de indivíduos dos núcleos familiares vulneráveis elegíveis a serem atendidos na rota de reparação pelos programas da FR que tiveram a rota de concluída.</u>		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Listas de presença dos atendimentos realizados pelos programas da Fundação Renova ou Municípios.		
Denominador	<u>Número total de indivíduos dos núcleos familiares vulneráveis elegíveis a serem atendidos na rota de reparação pelos programas da FR.</u>		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Banco de dados do Cadastro Integrado.		

I-6- % DE FAMÍLIAS COM DESLOCAMENTO FÍSICO ASSISTIDAS DE ACORDO COM O PRAZO ACORDADO

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	O indicador busca mensurar a efetividade do PG05 no que se refere especificamente à demanda emergencial de atendimento das famílias que sofreram deslocamento físico, de acordo com o prazo acordado com a FR. Consideram-se para esse indicador as famílias que sofreram deslocamento físico em função do rompimento da barragem de Fundão ou outras consequências dela decorrentes.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Trimestre	100%
Frequência de medição		Data início medição	Data fim medição
Trimestral		Set/10	Ago/23
Fórmula de cálculo			
$\frac{\# \text{ fam. c/ des. física assistidas}}{\# \text{ total de fam. c/ deslocamento Física}} \times 100$			
Numerador	<u>Número de famílias com deslocamento físico assistidas</u>		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	SGS (conforme plano de ação elaborado para assistência aos indivíduos). Mariana, Barra Longa, Sooretama e Linhares: verificar se eles já possuem um controle dessa informação.		
Definição	<u>Total de famílias com deslocamento Físico</u>		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Conforme controles dos programas de reassentamento e Proteção Social.		

I-7- % DE TERRITÓRIOS COM EQUIPES DEDICADAS IMPLANTADAS

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	O indicador direcionador verifica a capacidade do Programa de Proteção Social em implementar equipes territoriais na rota de reparação de acordo com os critérios estabelecidos no Escopo.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Semestre	100%
Frequência de medição		Data início medição	Data fim medição
Semestral		Out/19	Dez/19
Fórmula de cálculo			
$\frac{\# \text{ territórios com equipes implantadas conforme o planejado}}{\# \text{ territórios elegíveis para imp. de equipes}} \times 100$			
Numerador	<u>Territórios com equipes implantadas conforme o planejado</u>		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relação de territórios com equipes implantadas conforme contrato com o fornecedor.		
Denominador	<u>Territórios elegíveis para imp. de equipes</u>		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relação de territórios com equipes planejadas conforme contrato com o fornecedor.		

9.3 Critérios para encerramento do programa

De acordo com o TTAC, O Programa de Proteção Social terá duração de 36 (trinta e seis) meses, a contar do seu início. Esse prazo poderá ser prorrogado, caso esta necessidade seja fundamentadamente justificada 12 (doze) meses antes de encerrado o prazo original. Para além disso, de acordo com o eixo 2 do Programa de Proteção Social, é critério para encerramento do programa, a demonstração da oferta de ações na rota de reparação para o público vulnerável, sobretudo nas atividades produtivas, que será medida por meio do quantitativo de identificação, encaminhamento, e acesso à rota de reparação e outras evidências de divulgação.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Brasília: DF, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm>.
- BRASIL. Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 07 de dezembro de 1993.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1ª Ed. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, 2004.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Fundação Oswaldo Cruz. Curso de introdução à atualização sobre especificidade e interfaces da proteção social básica no SUAS. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016. 128 p.; 30 cm
- BRASIL. Portaria nº 303, de 8 de novembro de 2011. Estabelece o cofinanciamento dos serviços de proteção social básica e ações executados por equipe volante do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS por meio do Piso Básico Variável. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 nov. 2011. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2011/portaria%20Equipe%20Volante.pdf>.
- BRASIL. Resolução de nº 31, de 31 de outubro de 2013. Aprova princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, parâmetros para a oferta regionalizada do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, e do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos, e critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada desses Serviços. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 nov. 2013. Disponível em: < [file:///C:/Users/00550558/Downloads/CNAS%202013%20-%2020031%20-%202031.10.2013%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/00550558/Downloads/CNAS%202013%20-%2020031%20-%202031.10.2013%20(4).pdf)>.
- FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada**. MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, ano II, n. 03, p. 09-32, jan-jun, 2001.
- **Jaccoud, Luciana** (2009). "Proteção Social no Brasil: debates e desafios". In: UNESCO (Org.) Concepção e gestão da proteção social não-contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 429 pp
- MINAS GERAIS, Plano Estadual de Enfrentamento da Pobreza no Campo. Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social. 2017.

- Nunes, H. M. P., & Clemente, P. E. (2015). Nota Técnica nº27/2015/DGSUAS/SNAS/MDS. Metodologia de cálculo relativa aos novos indicadores de desenvolvimento das unidades CRAS e CREAS – IDCRAS e IDCREAS referentes ao ano de 2014. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Recuperado de http://www.social.mg.gov.br/images/documentos/capacita_suas/Material_consulta/Nota_tecnica_IDCRAS_IDCREAS_2014.pdf
- RAMOS, Ana Marcia Fornaziero; SPINK, Peter Kevin. Rede Socioassistencial do SUAS: configurações e desafios. **O Social em Questão**, ano XIX, n. 36, 2016.

Este documento foi elaborado pela equipe do Programa de Proteção Social.

Wagner Elisio Tonon
Líder de Programa

Anexos

Anexo I – Cláusulas 54 a 58 do TTAC

CLÁUSULA 54: A FUNDAÇÃO deverá elaborar, desenvolver e executar um programa para promover a proteção social, por meio de ações socioassistenciais, incluindo ações socioculturais e apoio psicossocial, desenvolvendo o acompanhamento às famílias e aos indivíduos impactados pelo EVENTO, priorizando os IMPACTADOS com deslocamento físico.

CLÁUSULA 55: O PROGRAMA deverá ser direcionado às famílias e às pessoas que necessitem de ações de proteção social de acordo com os parâmetros estabelecidos pela FUNDAÇÃO, em conformidade com as políticas públicas, em decorrência do EVENTO.

CLÁUSULA 56: Excluído o que for de competência do PODER PÚBLICO, o PROGRAMA de proteção social deverá apoiar a adoção de protocolo para atendimento dos IMPACTADOS que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social por violação de direitos fundamentais; em decorrência do EVENTO.

PARÁGRAFO ÚNICO: O PROGRAMA de proteção social deverá apoiar a continuidade dos serviços públicos essenciais, nos casos em que sua interrupção ou prejuízo no atendimento à população tiver decorrido do EVENTO.

57: As ações referidas no artigo anterior deverão observar as regras e diretrizes da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS); da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; da Política Nacional de Assistência Social; e do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n. 2, de 6 de dezembro de 2012).

CLÁUSULA 58: Esse PROGRAMA deverá ser iniciado em até 30 (trinta) dias da assinatura deste Acordo e terá duração de 36 (trinta e seis) meses, a contar do seu início.

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo previsto no **caput** poderá ser prorrogado, caso esta necessidade seja fundamentadamente justificada 12 (doze) meses antes de encerrado o prazo original.

Anexo II – Lista dos Programas da Fundação Renova

PG01	Programa de levantamento e de cadastro dos IMPACTADOS
PG02	Programa de ressarcimento e de indenização dos IMPACTADOS
PG03	Programa de proteção e recuperação da qualidade de vida dos povos indígenas
PG04	Programa de proteção e recuperação da qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais
PG05	Programa de Proteção Social
PG06	Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social
PG07	Programa de Assistência aos Animais
PG08	Programa de reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira
PG09	Programa de recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves
PG10	Programa de Recuperação das demais Comunidades e Infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga, inclusive Barra Longa
PG11	Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar
PG12	Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística
PG13	Programa de apoio ao turismo, cultura, esporte e lazer
PG14	Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada
PG15	Programa de Apoio à Pesquisa para Desenvolvimento e Utilização de Tecnologias Socioeconômicas Aplicadas à Remediação dos Impactos
PG16	Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras
PG17	Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias
PG18	Programa de Recuperação e Diversificação da Economia Regional com Incentivo à Indústria
PG19	Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios no Setor de Comércio, Serviços e Produtivo
PG20	Programa de Estímulo à Contratação Local
PG21	Programa de Auxílio Financeiro Emergencial aos IMPACTADOS
PG22	Programa de gerenciamento dos programas socioeconômicos

PG23	Programa de manejo dos rejeitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, considerando conformação e estabilização in situ, escavação, dragagem, transporte, tratamento e disposição
PG24	programa de implantação de sistemas de contenção dos rejeitos e de tratamento in situ dos rios impactados
PG25	Programa de recuperação da ÁREA AMBIENTAL 1 nos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, incluindo biorremediação
PG26	Programa de recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e áreas de recarga da Bacia do Rio Doce controle de processos erosivos
PG27	Programa de recuperação de Nascentes
PG28	Programa de conservação da biodiversidade aquática, incluindo água doce, zona costeira e estuarina e área marinha impactada
PG29	Programa de fortalecimento das estruturas de triagem e reintrodução da fauna silvestre
PG30	Programa de conservação da fauna e flora terrestre
PG31	Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos
PG32	Programa de melhoria dos sistemas de abastecimento de água
PG33	Programa de educação ambiental para revitalização da Bacia do Rio Doce
PG34	Programa de preparação para as emergências ambientais
PG35	Programa de informação para a população da ÁREA AMBIENTAL 1
PG36	Programa de comunicação nacional e internacional
PG37	Programa de gestão de riscos ambientais na ÁREA AMBIENTAL 1 da Bacia do Rio Doce
PG38	Programa de investigação e monitoramento da Bacia do Rio Doce, áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas
PG39	Programa de consolidação de unidades de conservação
PG40	Programa de fomento à implantação do CAR e dos PRAs na ÁREA AMBIENTAL 1 da Bacia do Rio Doce
PG41	Programa de gerenciamento do plano de recuperação ambiental da bacia do rio Doce, áreas estuarinas, costeiras e marinha
PG42	Programa de Ressarcimento dos gastos públicos extraordinários dos COMPROMITENTES